

Região
NOROESTE
*Uso sustentável
das riquezas do
Cerrado*

Dionício Gomes



- ✓ Fortalecer polo regional de saúde na cidade de Goiás
- ✓ Concluir obras do Ambulatório Médico de Especialidades (AME)
- ✓ Garantir funcionamento do Laboratório Central (Lacen)
- ✓ Implantar central de distribuição de medicamentos
- ✓ Construir Hospital Regional e Centro de Referência e Excelência em Dependência Química (Credeq)
- ✓ Criar quatro bases regionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu)
- ✓ Implantar escolas de tempo integral
- ✓ Reforçar segunda fase e ensino médio
- ✓ Melhorar acesso à internet. Efetivar funcionamento de laboratórios de tecnologia e bibliotecas
- ✓ Reconstruir e pavimentar rodovias estaduais
- ✓ Substituir antigos sistemas de água e ampliar redes de esgotos
- Investir em agroindústria familiar e piscicultura
- ✓ Inovar, com fontes alternativas de energia e reciclar o lixo

Proteger o Cerrado e suas águas

Conter o desmatamento no Cerrado e promover a recuperação de áreas já degradadas, inclusive com a recomposição das matas ciliares, foram algumas das principais propostas apresentadas no quarto fórum do Projeto Agenda Goiás – Participação e Competitividade, realizado em Aruanã, às margens do Rio Araguaia, com o tema Meio Ambiente. O evento reuniu prefeitos de municípios da Região Noroeste do Estado, secretários, servidores e a comunidade. O Agenda Goiás é uma realização do POPULAR com apoio do Governo de Goiás, da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-GO).

A água, abundante em toda a região, foi apontada como prioridade para o desenvolvimento sustentável. O prefeito de Aruanã, Paulo Valério da Silva, ao saudar os participantes, citou a construção da estação de tratamento de esgoto da cidade como medida com resultados concretos na situação ambiental local.

ENCONTROS		
SUDOESTE <i>Rio Verde</i> Desenvolvimento econômico 25/6	NOROESTE <i>Aruanã</i> Meio ambiente 19/8	CENTRAL <i>Anápolis</i> Infraestrutura e logística 20/10
NORDESTE <i>Formosa</i> Proteção social 15/7	SUDESTE <i>Catalão</i> Educação 3/9	ENTORNO DO DF <i>Luiziânia</i> Parcerias públicas e privadas 10/11
SUL <i>Itumbiara</i> Gestão pública 12/8	OESTE <i>São Luís de Montes Belos</i> Segurança 24/9	REGIÃO METROPOLITANA <i>Goiânia</i> Desenvolvimento urbano 24/11
	NORTE <i>Porangatu</i> Saúde 6/10	

“Hoje somos referência no combate à dengue e isso também é meio ambiente”, afirmou. Diretor do Grupo Jaime Câmara, Guliver Augusto Leão destacou a pertinência da escolha de Aruanã para sediar as discussões sobre meio ambiente. “Nós, do Grupo Jaime Câmara, nos sentimos mais motivados ao promover essa discussão devido a nossa

relação afetiva com o Rio Araguaia. Essa região é um patrimônio inestimável dos goianos.”

O governador Marconi Perillo observou que os governos devem ter “juízo” na hora de estabelecer prioridades. “Temos de saber, nesse momento de recessão, que tipo de desenvolvimento queremos para o Estado e para o País.” Ele citou como boas práticas do governo

estadual a lei que instituiu a cota zero para o transporte de pescado, a que criou o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) Ecológico, que hoje beneficia 72 municípios, ações de saneamento básico e medidas tomadas para enfrentar a questão dos recursos hídricos a longo prazo. “Estamos prestes a inaugurar o maior reservatório do sistema produtor de água de Goiás, o Sistema Mauro Borges, e já desenvolvemos ações nas 21 cidades goianas onde poderemos ter problemas hídricos nos próximos dez anos”, relatou.

Titular da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima), Vilmar Rocha pontuou que uma ação aparentemente simples – a instituição da cota zero para transporte de pescado por lei estadual em 2013 – já mostra resultados práticos. “Conversei com muitos moradores, que relataram que aumentou o número de peixes no Araguaia.” O secretário citou a Encíclica do papa

Francisco, que reafirma consensos sobre a preservação ambiental e os problemas que a exploração e o desmatamento desenfreados trouxeram para a humanidade. “O resultado de toda essa mobilização está aqui: auditório lotado e muitas pessoas sensíveis e motivadas para esse tema que é do futuro, mas, ao mesmo tempo, tão contemporâneo”, definiu.

O superintendente do Sebrae-GO, Igor Montenegro, chamou a atenção para a erosão do solo fértil em regiões agrícolas e para o aumento da desertificação das áreas de pasto, fruto do desmatamento ilegal e descontrolado, e também para oscilações do ciclo das águas, que trazem prejuízos não só aos produtores, mas a toda a sociedade.

“O futuro da vida está em nossas mãos. Poderemos tê-lo ou não, dependendo de nossas ações relacionadas ao meio ambiente”, ponderou. Para ele, é preciso aumentar as áreas de preservação ambiental. “O combate ao desmatamento precisa ser uma obsessão”, disse.

Articulação para conter o ritmo das mudanças climáticas

Promover forte articulação contra o desmatamento do Cerrado, “mais do que dos outros biomas”, devido ao seu estágio de devastação,

foi a proposta de Thiago Peixoto, secretário de Gestão e Planejamento. “Não podemos abrir mão dessa nossa riqueza”,

justificou. As mudanças climáticas, que o Planeta já experimenta, e o aumento de temperatura devem ser o tema central das

discussões, em sua opinião. Ele citou discurso recente do presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, em que ele afirma que “somos a

primeira geração e sofrer, de fato, os efeitos das mudanças do clima”, conclamando a fazer algo a respeito.

Mudar padrões de consumo

Ao falar sobre Desenvolvimento Sustentável - a Base da Competitividade em palestra no quarto fórum do projeto Agenda Goiás, quarta-feira, dia 19, em Aruanã, Ricardo Abramovay, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), autor de dezenas de livros e estudos, mencionou sua satisfação com a oportunidade de conhecer o Rio Araguaia, advertindo sobre erros que resultaram na completa poluição de rios paulistanos, como Pinheiros e Tietê.

Para buscar um novo modelo, o professor propõe repensar os padrões atuais de consumo sob uma perspectiva ética.

“Para que queremos os bens que nos propomos oferecer à sociedade?”

Nos Estados Unidos, exemplifica Abramovay, um terço da população sofre de obesidade, problema que cresce junto com o aumento da oferta de alimentos. Em relação a 1950, o tamanho das porções de refrigerante aumentou seis vezes e as de hambúrguer e batata frita, três vezes, compara. Outro exemplo citado foi o dos



Dionício Gomes

“**Precisamos de um desenvolvimento melhor para ter um clima melhor e uma qualidade de vida melhor**”

Ricardo Abramovay, professor da USP

automóveis, que no século 20 eram símbolo de mobilidade e hoje representam o contrário. “Em São Paulo, a lentidão máxima de 28 quilômetros, em 1993, atingiu o recorde de 92 quilômetros, em 2013, e hoje já

está além de 300 quilômetros.” O prejuízo decorrente dos congestionamentos na capital paulista, conforme estimativa mencionada pelo professor, é de R\$ 50 bilhões, maior que o orçamento da prefeitura, de R\$

42 bilhões. Para encontrar novos caminhos, segundo o professor, não adianta provocar culpa e medo, que provocam paralisia. “A ideia não é ameaçar com um pesadelo, mas propor um sonho”, observou, referindo-se à famosa frase do ativista negro norte-americano Martin Luther King. “Não bastam autocontenção e frugalidade”, salientou. “Precisamos de um desenvolvimento melhor para ter um clima melhor e uma qualidade de vida melhor.” O que se alcança com sustentabilidade e eficiência no uso de recursos escassos e que estão se esgotando, acrescenta.

Um salto para novos paradigmas exige inovação. Como exemplo, o pesquisador menciona que produtos de alta tecnologia consomem menos matéria, energia e biodiversidade, mas têm alto valor agregado. No Brasil, observa, persiste um sistema passivo e de dependência de iniciativas de outros países, diferentemente de nações como China, Coreia do Sul e Índia. “Ainda não temos patentes importantes”, critica. A demora para inovar pode ser vista na produção de energia, “que é onde se encontra a fronteira do conhecimento”.

As hidrelétricas, mesmo sendo fonte de energia limpa, têm sistema centralizador como base de funcionamento e baixíssima inovação, mas continuamos investindo nesse tipo de infraestrutura mesmo quando a tendência nos países desenvolvidos é de descentralizar, numa espécie de “internet da energia”, prosseguiu o professor. O Brasil prioriza também energias fósseis, mais caras e poluentes, como estratégia de longo prazo, em vez de buscar fontes renováveis e descentralizadas, a exemplo da energia eólica, criticou ainda, informando que na Alemanha, neste verão, 78% da energia são de fontes renováveis. Também em relação ao lixo o atraso é enorme, apontou, principalmente quanto ao uso de resíduos sólidos. Enquanto na Europa e no Japão já se fala em lixo zero, com uma economia circular que transforma os resíduos do consumo em base para nova agregação de valor, e onde as empresas assumem uma logística reversa, por aqui a preocupação é ainda acabar com lixões e implantar aterros.

Agricultura regenerativa para produzir sem desmatar

Uma elevação de 2 graus na temperatura do Planeta, cujo risco é presente e decorre da emissão de gases poluentes e do efeito estufa, acarretaria sério comprometimento do

Cerrado que, apesar de já bastante devastado, conserva rica biodiversidade e recursos hídricos, pelos quais é conhecido como “berço das águas”. O alerta foi feito por Ricardo

Abramovay, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), em Aruanã. O professor propõe uma

política de desmatamento zero, com uma agricultura regenerativa, capaz de promover o uso sustentável dos diferentes biomas a partir de conhecimento científico. Para isso, orienta, é preciso

mudar a visão atual. “A sociedade brasileira ainda encara o Cerrado como fronteira agrícola, apenas matéria-prima para a produção de alimentos de que o mundo precisa.”

Tecnologia para explorar riqueza

Ter controle sobre sua própria riqueza. Esse foi o principal conselho que o cientista político e comentarista da Rádio CBN Sérgio Abranches deu para os participantes do quarto fórum do projeto Agenda Goiás, em Aruanã, quarta-feira. Ele sugeriu o uso de tecnologia de satélites digitais para conhecer em detalhes a situação do Cerrado em território goiano e, mais especificamente, na Região Noroeste do Estado. "Vocês têm de saber a extensão do desmatamento promovido na região para fundamentar as medidas que serão adotadas", defendeu durante palestra para um auditório lotado no Serviço Social da Indústria (Sesi) de Aruanã. "Por meio da tecnologia, vocês terão condições de acompanhar a situação em tempo real", ressaltou.

Abranches explicou que a tecnologia digital é um dos integradores. Também defendeu a bandeira da meta do desmatamento zero como a principal a ser perseguida neste momento. "Ela é fundamental para o desenvolvimento", sinalizou. Com a recuperação de áreas de Cerrado utilizadas e degradadas por pastagens e depois abandonadas, é possível ampliar as áreas cultiváveis sem necessidade de aumentar o desmatamento na região. Ele citou pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que identificaram espécies que suportam bem o estresse hídrico e climático. "São plantas que sobrevivem muito bem em grandes variações climáticas", explicou, para questionar que



Dionício Gomes

“

Temos condições, de fato, de sermos não o País do futuro, mas o futuro agora”

Sérgio Abranches,
sociólogo, Ph.D,
comentarista da Rádio CBN

Capital natural deve ser valorizado e convertido em bem-estar

“Encantado.” Foi assim que Sérgio Abranches, sociólogo, Ph.D, comentarista da Rádio CBN, disse se sentir por estar em um lugar onde percebe que as pessoas têm conhecimento da riqueza que possuem. “Passei a maior parte da minha vida tentando fazer uma coisa, com pouco sucesso: ensinar a pensar a longo prazo, a olhar para a frente, para viver com qualidade. Hoje vivemos mais do que nossos pais e avós e essa longevidade é de enorme importância. Por isso, precisamos investir em

condições de ter mais qualidade de vida. Aqui vocês já têm essa visão, essa intenção”, disse. Ele definiu a região do Cerrado como “o centro do mundo”, a região que contém a maior quantidade do capital que tem valor para o século 21 e que não foi tratado, ao longo dos anos, como capital, o que se confirma no desmatamento e destruição de aproximadamente 50% do Cerrado. “Esse capital é constituído por um conjunto de recursos. Temos a maior biodiversidade do mundo,

somos parte de uma pequena família de países que são megadiversos, temos água, sol, terra e vento, essenciais para a produção de alimentos e de energia limpa. Falta colocar no contexto de desenvolvimento um objetivo claro, o de buscar o bem-estar da população, transformar esse capital em instrumento para a nossa felicidade, valorizando nosso capital natural”, propôs. “Só assim viveremos o milagre de transformar nossa riqueza de forma sustentável, gerando prosperidade para a região.”

tipo de política o País quer diante dessa realidade. “Vamos deixar que alguma multinacional venha explorar essas espécies ou vamos começar a ter uma rede de desenvolvimento

tecnológico?”, perguntou. Abranches comparou o momento atual no Planeta ao que a humanidade viveu na transição da Idade Média para o Renascimento, porém com movimento muito maior e mais

rápido. “Estamos vivendo um momento de transformação absurda, na fronteira do conhecimento para cuidar das mudinhas daquilo que desejamos desenvolver”, comparou. Para ele, só há um

caminho: “Educação, educação, educação, educação, educação e ciência e tecnologia”. O cientista político observa que o Brasil, por um período bastante longo, desprezou seus recursos, suas pessoas e seus valores. “Temos condições, de fato, de sermos não o País do futuro, mas o futuro agora”, afirmou, lembrando que no período do Renascimento as ideias demoravam a se concentrar e às vezes se concentravam de forma errada. “Agora não. Tudo se processa com grande velocidade na era da informação.”

Uma proposta concreta que o comentarista da Rádio CBN lançou para a plateia, no sentido de desenvolver a Região Noroeste do Estado, foi a de criar uma poderosa bioindústria em que se aproveite desse capital e também do conhecimento para gerar bem-estar. Para ele, a criação de imposto sobre o carbono (emissões de CO2 e outros gases que geram o efeito estufa) é inexorável.



**ESSE NEGÓCIO
TAMBÉM É SEU.
#COMPREDOPEQUENO**

OS PEQUENOS NEGÓCIOS GERAM EMPREGOS, RENDA E DESENVOLVIMENTO PARA A SUA REGIÃO. POR ISSO CONVIDAMOS VOCÊ A FAZER PARTE DO MOVIMENTO COMPRE DO PEQUENO NEGÓCIO. 5 DE OUTUBRO: UMA DATA ESPECIAL PARA VALORIZAR AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE GOIÁS. APOIE, DIVULGUE E

**INFORME-SE SOBRE O MOVIMENTO:
WWW.COMPREDOPEQUENO.COM.BR**

INICIATIVA:



Melhor acesso à saúde

Aumentar repasse de verbas para melhorar condições de atendimento nos próprios municípios, concluir obras, equipar e ampliar unidades na cidade-polo de Goiás, criar bases regionais do Samu são algumas das sugestões para melhorar o atendimento em saúde no Noroeste goiano. Participantes da mesa de trabalho sobre qualidade de vida apresentaram demandas objetivas para sanar problemas, como construção de um Credeq e fortalecimento de programas para evitar uso de drogas. Avanço do crack é apontado como questão de saúde pública e de segurança. Outra preocupação é com jovens nem-nem-nem (não estudam, não trabalham, não procuram emprego), desafio para o qual as propostas são de melhorias na segunda fase e no ensino médio, com implantação de escolas em tempo integral, oferta de formação técnica e de projetos de prática esportiva, inclusive de atividades no Rio Araguaia.

Saúde

- Aumentar repasse de recursos e evitar atrasos da contrapartida estadual para as unidades de saúde dos municípios. É grande a dificuldade financeira na Regional Rio Vermelho, onde problema afeta 17 municípios, que têm de arcar com porcentual acima do definido em lei, que é de 15%. Maior apoio financeiro do Estado ao Consórcio da Regional Rio-Vermelho Araguaia.
- Fortalecer ainda mais Unidades Básicas de Saúde, algumas das quais passam por reformas. Concluir obras das unidades que estão sendo construídas. Atrair especialistas para os municípios, pois faltam médicos. Adquirir equipamentos para urgência e emergência.
- Criar quatro bases regionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) em Araguapaz, Faina, Britânia e Itapiraçuã. Um Plano de Urgências, que já foi aprovado na região e prevê também dez leitos de UTI em Itaberaí, está no Ministério da Saúde.



Diomício Gomes

Samu em unidade de saúde da cidade de Goiás: mais investimento

- Fortalecer polo regional de saúde na cidade de Goiás. Concluir obras do Ambulatório Médico de Especialidades (AME), que contará com 20 especialidades e vai melhorar triagem de consultas. Hoje, é preciso enviar pessoas a Goiânia

para consultas com especialidades e além da longa distância (Aruanã, por exemplo, fica a 312 quilômetros da capital), a demora é enorme em várias especialidades (ortopedia, neurologia, endocrinologia). Regionalização vai amenizar drama das famílias que têm

de se deslocar e arcar com gastos. Dotar unidades de saúde de Goiás de boa estrutura física para funcionar, com centro cirúrgico, exames, além de equipe de profissionais. Ampliar o Hospital São Pedro, filantrópico, e melhorar as condições de

atendimento. Descentralizar a distribuição de medicamentos com uma unidade regional em Goiás, pois hoje só é feita na Central de Medicamentos Juarez Barbosa, em Goiânia. Efetivar funcionamento do Laboratório Central (Lacen), cujo prédio foi construído e parte dos equipamentos foi adquirida há anos, mas faltam ainda alguns equipamentos e contratação de profissionais. Com isso, exames para diagnóstico de doenças como dengue e leishmaniose continuam centralizados em Goiânia.

- Melhorar atendimento aos casos de média e alta complexidade. Há demora de dias e até semanas na regulação de paciente, que fica aguardando muito tempo porque só pode ser enviado depois que é confirmada a vaga. Aumentar repasse de recursos aos hospitais municipais para ajudar no custeio de despesas com esses pacientes, para melhorar condições técnicas e compra de equipamentos, aparelhos para monitorar e estabilizar as condições desses pacientes.

Avanço das drogas preocupa

■ Construir Centro de Referência e Excelência em Dependência Química (Credeq) na cidade de Goiás, para o qual já existem área e projeto. Existe Centro de Atenção Psicossocial em Aruanã e em Mozarlândia. Demanda é por implantação de CapsAD (Álcool e Drogas) na região, porque faltam vagas no Hospital Psiquiátrico Wassily Chuc em Goiânia e pacientes ficam dias aguardando internação, mesmo quando é urgente. Em 2011, houve repasse de recursos federais para programas de prevenção ao uso de drogas (R\$ 10 mil para municípios com menos de 20 mil habitantes), mas programas foram interrompidos. Aprimorar capacitação para abordagem e triagem de pacientes e trabalho em rede (educação, saúde, segurança) nas políticas públicas, fortalecendo as ações nos municípios, que mais sofrem o impacto do problema. Mudar política de internação, buscando alternativas para ocupar paciente, investindo em terapia ocupacional.

■ Atender demandas específicas em Faina, para atender portadores de xeroderma pigmentoso, pois município registra maior população do mundo com essa doença genética. Políticas já existentes não contemplam demandas específicas, como na área de

PARTICIPANTES DA MESA DE TRABALHO

Roberta S. Menezes Silva, gestora da Biblioteca Municipal de Aruanã
Donizete Silva Rocha, secretária da Prefeitura de Aruanã
Elevanda Almeida da Silva, conselheira tutelar
Zilda Cantuário, professora do Cmei de Aruanã
Mayara das Graças e Souza C. P. Paludo, executora administrativa da Prefeitura de Britânia
Érico Luiz Souza Paludo, secretário de Educação de Britânia
Pablina Dias Gonçalves, diretora de escola municipal em Araguapaz
Flávia Alves de Freitas, diretora de escola municipal em Araguapaz
Silvia Ribeiro de Oliveira Lima, diretora de Cmei em Araguapaz
Célia Borges de Oliveira, Secretária de Educação de Araguapaz
Sérgio Martins Santos, Secretária de Educação de Araguapaz
Clézia Menezes, Secretária de Saúde de Araguapaz
Mariana Camargo Silva, farmacêutica (SMS) em Araguapaz
Eloide Dantas, diretora de escola municipal em Aruanã
Yuri Marçalpe Soares, da Secretaria de Saúde de Aruanã
Eizecon Batista da Paz, enfermeiro, Prefeitura de Aruanã

Kleber dos Reis Mendes, condutor do Samu, Aruanã
Raquel Inácia dos Santos, enfermeira, Hospital de Aruanã
Miracida Inácia da Silva, farmacêutica, Hospital de Aruanã
Julien Marc Pigot, assessor da Segplan
Márcia Maria Pires, diretora da Secretaria de Saúde de Aruanã
Eliani Donizeti de Freitas, auxiliar-administrativa da Secretaria de Educação de Aruanã
Anilda de Araújo C. Mello Tebreira, secretária de Cmei em Aruanã
Wanessa de O. Canhete, Araguapaz
Cristina Borges Graciano, SMS/Araguapaz
Rozilda Maria da Silva, coordenadora da Secretaria de Educação de Aruanã
Euripedes Moreira dos Santos, diretor-administrativo da Secretaria de Saúde de Faina
Renata Camilo C. Nascimento, da SMS de Faina
Juciara M.S. Castelo, da SMS de Faina
Lucimar F. Neto da Silva, SMPS/Araguapaz
Anísia Martins Braga, SMPS/Araguapaz
Lindomar Augusto de Sousa,

professor de futebol
Márcia Paes Lemes de Sousa, professora no Cmei de Aruanã
Paula Félix de Sousa Oliveira, fisioterapeuta
Ana Paula B. A. Ferreira, enfermeira, SMS/Aruaná
Andréia Vieira Silva, enfermeira, SMS/Aruaná
Elizângela da Silva dos Santos, diretora/SME/Aruaná
Ezequias Nunes Alecrim, SMS/Aruaná
Cristiane Ribeiro Camilo Silva, diretora/SME/Aruaná
João Batista Cardoso, diretor-administrativo, SMS/Araguapaz
Elisângela Aparecida dos Santos, do Cmei de Aruanã
Marinês Lopes de Viveiros, do Cmei de Aruanã
Lucas de Souza Alecrim, farmacêutico, SMS/Aruaná
Luciana Ferreira da Silva, do Laboratório Municipal de Aruanã
Vanessa César Dias, consultora do Sebrae-GO
Jearley B. da Silva, diretor de Esporte e Lazer da Prefeitura de Aruanã
Luciene Nogueira, coordenadora pedagógica em escola municipal de Aruanã

público feminino. Investir em política de iniciação esportiva.

- Retomar o Projeto Navegar (voltado a jovens de 15 a 18 anos), com atividades náuticas (natação, caiaque, optimist-barco a vela) em Aruanã, que foi interrompido devido a falta de repasse de recursos pelo governo federal. Esse projeto atraiu mais de 60 alunos e trabalhava com os recursos locais (Rio Araguaia). Estender para todo o ano projetos como Bombeiro Mirim - pedido já foi feito ao comandante geral dos bombeiros - e Guardiães da Natureza, do Batalhão Ambiental, hoje só promovidos durante a alta temporada.
- Promover campanhas e envolver comunidade e escolas em atividades preventivas junto a crianças e jovens, para evitar uso de drogas, alcoolismo e prostituição. Investir mais em oportunidades de lazer e esporte, em especial nas cidades turísticas, e para adolescentes e jovens a partir de 14 anos. Retomar o Programa Nacional de Resistência às Drogas (Proerd), da Polícia Militar, ao longo de todo o ano, pois hoje é sazonal apenas, e estender a mais escolas. Implantar Colégio Militar regional para ensino médio. Criar escola de artes nos municípios, incentivar criatividade, leitura.



Dionício Gomes

Grande participação na mesa de trabalho

dermatologia. Toda quarta-feira, pacientes têm de ir para o Hospital Alberto

Rassi (HGG), o que poderia ser evitado. Viagens poderiam se restringir a

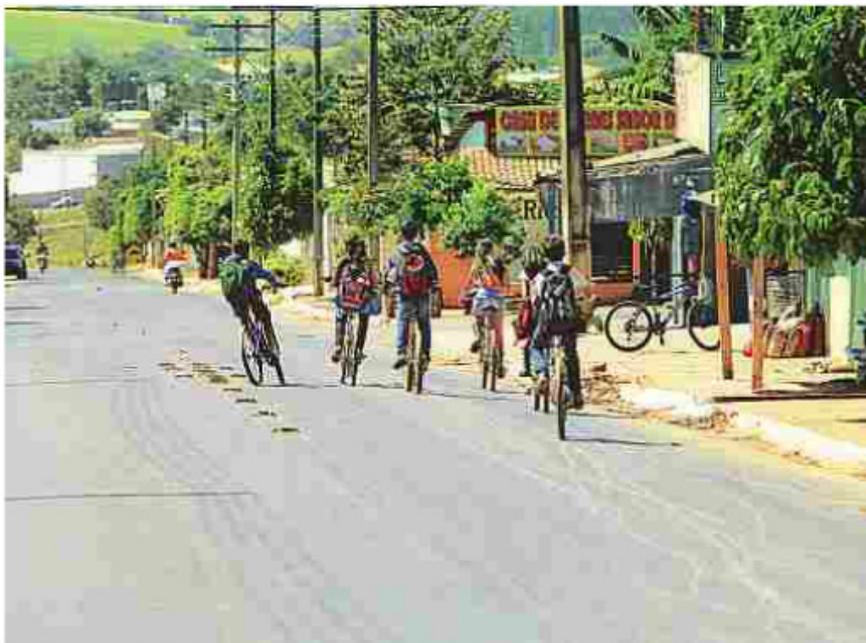
atendimentos de maior complexidade e cirurgias. Implantar Centro de atendimento odontológico para portadores de xeroderma.

Educação

- Fortalecer atividades esportivas para crianças, adolescentes e jovens, melhorando estrutura física, como ginásios de esporte e quadras, e adquirindo material esportivo. Cumprir projetos estaduais, garantindo repasse de verbas acordadas com municípios para manutenção e remuneração de profissionais desses projetos. Dar mais oportunidades também ao

Investir mais no ensino

Dionício Gomes



Estudantes de bicicleta em Itapuranga: formação integral é pedida

■ Melhorar estrutura e qualificar profissionais da rede estadual de ensino que atende aos alunos da segunda fase. Municípios são responsáveis pela primeira fase, da alfabetização até o 5º ano. Reclamação é de que, quando o aluno sai da rede municipal e vai para a estadual, existe um choque de gestão, porque a qualidade do ensino fundamental é melhor. Demanda grande é por escola em tempo integral, na segunda fase, para ocupar e formar jovens durante todo o dia. Região Noroeste aponta carência de recursos, financiamentos e infraestrutura, e que é preciso criar condições físicas, de recursos humanos e materiais para escolas de tempo integral e demais unidades de ensino estadual.

■ Investir mais no ensino técnico, meta a cumprir no Plano Municipal de Educação, que deve estar completamente implementado até 2025, mas municípios afirmam que não têm como executar projetos sem apoio dos governos federal e estadual. Capacitar mão de obra jovem para inserção no mercado de trabalho, com foco na vocação local, a exemplo do turismo. Parceria com sistema S (Sesc/Senac/Senai/Sebrae).

■ Melhorar condições do transporte escolar, apontado como um dos problemas mais graves na região. Hoje funciona parceria com

Estado, mas municípios reclamam que o repasse não é suficiente para bancar os custos desse transporte e que têm de transportar alunos de toda a rede, inclusive a estadual, e que recursos estaduais (hoje, R\$ 1,50 por aluno) não são suficientes nem para o combustível. Pedem revisão do valor do repasse e que governo estadual ajude a proporcionar logística melhor e manter a frota ou ceder veículos. Lei determina que carros não podem ter mais de dez anos. Faina informa que são 18 rotas para buscar alunos na zona rural e distritos, e que serviço é caótico. Baixa densidade populacional não justifica criar escolas nesses locais, argumentam, então é

necessário melhorar estradas. (em Faina, faltam seis pontes). Reivindicação é de que a Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop) assuma responsabilidade pelas estradas vicinais e de que repasse de verbas seja adequado à realidade de cada município (Km por aluno). Criar Programa de Proteção das Estradas do Transporte Escolar.

■ Firmar parceria com Estado para atender aumento súbito de demanda provocado por assentamentos, problema recorrente enfrentado por municípios da região. Representantes de municípios falam da dificuldade de cumprir determinação legal de

propiciar educação a todos, citando que em alguns casos não há sequer estradas de acesso a essas pessoas.

■ Aumentar recursos também para merenda escolar - hoje, 25% são por conta do município, que conta com recursos federais, mas nem todos são contemplados. Mobilizar politicamente para agilizar mais processo de adesão e a doação de alimentos pelo governo federal.

■ Valorizar profissionais da rede de ensino com ajuda intensiva do governo. Criar programa específico de qualificação. Criar programa facilitador para formar professores em segunda licenciatura de acordo com a carência municipal.

ANÁLISE

Foco em demandas concretas

Os muitos participantes da mesa de trabalho sobre qualidade de vida, no quarto fórum do projeto Agenda Goiás, quarta-feira, dia 19, em Aruanã, demonstraram ter se preparado para as sugestões. Querem políticas públicas mais eficientes e mais recursos para demandas básicas em saúde, educação, segurança e desenvolvimento urbano.

Na saúde, a cidade de Goiás desponta como polo regional a ser fortalecido, pois melhores condições de atendimento ali vão diminuir a necessidade de deslocamentos para Goiânia e a longa espera por vagas. Atenção à saúde básica nos municípios é outra solicitação.

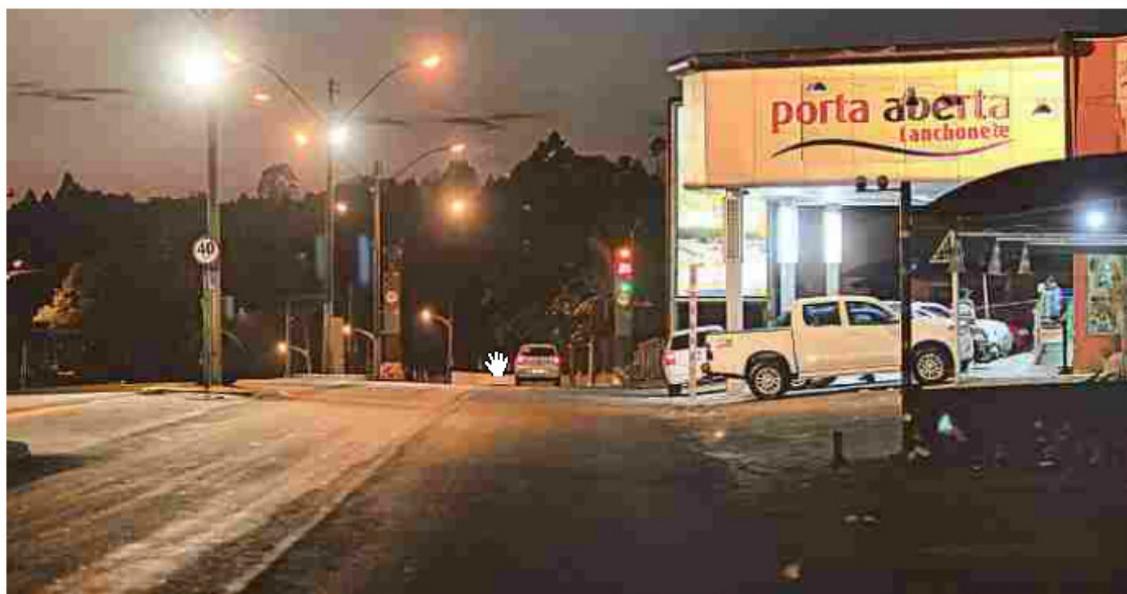
Na educação e na segurança, são os jovens que mais preocupam. Carências na segunda fase do ensino fundamental e no ensino médio, somadas à falta de opções de lazer e de oportunidades de trabalho, fazem aumentar o número dos chamados nem-nem-nem (não estudam, não trabalham, não procuram emprego), com reflexos também no agravamento do problema de dependência química, principalmente do crack.

E no desenvolvimento urbano, o lixo é visto como principal desafio.

Promover cidadania e inclusão

Dionício Gomes

- Garantir funcionamento de laboratórios de tecnologia que já existem em alguns municípios, mas não funcionam por falhas no acesso a internet e falta de monitores preparados. Bibliotecas passam pela mesma situação, porque falta dinamizador de biblioteca/bibliotecário.
- Apoiar, com orientação técnica, prefeituras em projetos para obter verbas para a cultura. Repasses são feitos via edital e municípios pequenos apontam dificuldade para elaborar esses projetos, o que faz com que acabem não conseguindo os recursos previstos.



Comércio em Itauçu, às margens da GO-070: população pede maior efetivo de policiais

Segurança

- Aumentar efetivo de policiais militares nos municípios. Manter reforço na segurança no período de alta temporada turística, para prevenir ocorrências de roubo e furto.
- Combater o uso e tráfico de drogas, principalmente crack, que têm grande reflexo nos casos de furtos e roubos. Mapear e investigar os casos, porque reincidência é alta, a fim de encaminhar dependentes químicos para tratamento ou envolvidos com tráfico e outros crimes para a

Justiça. Firmar parceria Estado/município para abordar o problema das drogas na rede pública de ensino, instituindo disciplina na rede pública para abordagem científica e com método em atividades constantes, contínuas, pois ações pontuais não têm efetividade. Melhorar políticas de fronteira, como a implantada em Britânia, para combater a entrada da droga no Estado. Goiás está em posição estratégica na rota da distribuição de droga no País. Barrar acesso à droga nos municípios.

- Acompanhar famílias

para que assumam responsabilidade pela formação de crianças e jovens, com disciplina, lembrando que nem tudo é da alçada de governo. Paralelamente, instituir políticas públicas voltadas para crianças e jovens, principalmente a partir dos 14 anos e até os 18, período crítico, para garantir formação, capacitação e diminuir incidência de jovens nem-nem. Reativar o Bolsa Futuro, interrompido neste ano.

- Melhorar condições da educação inclusiva. Criar condições para atendimento na rede pública estadual, tanto

em infraestrutura quanto na capacitação profissional e no aumento de funcionários. Muitas escolas não recebem cadeirantes por falta de adaptação dos prédios, como rampas e salas de higienização.

Proteção social

- Entender conceito de proteção social de forma abrangente, envolvendo moradia, educação, saúde, transporte, lazer, cultura. Conscientizar a família para a responsabilidade de transmitir valores, formar, sair do assistencialismo e buscar

fazer por si. Evitar que pais se acomodem como bolsistas de benefícios federais e estaduais, e fiscalizar a distribuição de recursos de bolsas, verificando se são de fato famílias que precisam de amparo social e impedindo possíveis interferências políticas. Rever tempo de repasse, para reinserir pessoas no mercado de trabalho, o que requer formação e projetos específicos. Parceria com sistema S. Manter projetos, que costumam ser interrompidos devido a falta de recursos. Estado deve apoiar mais políticas de ação social.

Ajuste na rede de proteção social

Dionício Gomes

- Criar contrapartida do Estado para acompanhar famílias que recebem benefícios e cujos filhos estão fora das escolas. Assistentes sociais devem se comunicar mais com famílias, verificar situação, cobrar compromisso com a educação das crianças. Atenção deve ser multidisciplinar, porque envolve carências financeiras, dependência química e alcoolismo dos pais. Melhorar encaminhamento para conselho tutelar e a área de saúde, bem como o acompanhamento das famílias. Atrair profissionais qualificados para essas tarefas. Implantar programas digitais para controle de frequência escolar, como o que Araguapaz está implantando (Sistema de Gestão Escolar), que interliga ações das Secretarias de Educação e Assistência Social: três faltas do aluno e o conselho tutelar já é acionado para verificar o que está acontecendo na família. Reforçar os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (oficinas para crianças, jovens, idosos) e o trabalho com famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, pelo Renda Cidadã e outros programas federais e estaduais.
- Aumentar participação da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) na promoção social nos



Políticas sociais devem ser específicas para comunidades indígenas

municípios, sobre os quais recaem todo tipo de demandas, desde passagens de ônibus para migrantes a compra de leite e outros alimentos para pessoas com necessidades especiais, de fraldas, etc. Promover a cidadania.

- Criar políticas de atenção social direcionadas especificamente às comunidades indígenas, que são afetadas também pelos problemas das drogas e de alcoolismo.

Desenvolvimento urbano

- Ampliar e implantar programas públicos de coleta seletiva. Hoje há iniciativas isoladas, em Aruanã. Implantar gaiolas para recolhimento específico em praças e escolas (garrafas pet, latas) para facilitar coleta e reciclagem.
- Aprimorar legislação específica de controle de pesca predatória para coibir possíveis abusos entre índios, cuja pesca hoje é isenta de limites. Realizar campanhas de conscientização também nas comunidades indígenas.
- Coibir desmatamento às margens do Rio Araguaia, que agravam assoreamento e orientar ainda mais turistas durante a temporada, quando grande número de acampamentos representam aumento de 1 tonelada de lixo por dia.

Práticas sustentáveis como meta

Substituir os atuais sistemas de captação e distribuição de água, muitos deles executados na década de 90 e que nunca receberam obras de adequação, é o sonho da maioria dos prefeitos das tranquilas cidades da Região Noroeste do Estado; receber água tratada de boa qualidade é o que almejam os moradores. Receber mais investimentos em saneamento público - por parte da Saneago, na maioria dos municípios, e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Nas cidades em que essa função é de responsabilidade das prefeituras, foi a principal demanda apontada por gestores públicos e pelos moradores das cidades da região, que se concentraram na turística Aruanã no último dia 19 no quarto fórum do projeto Agenda Goiás. Manter médicos nos hospitais das cidades é outro objetivo, que parece cada vez mais distante devido à falta de recursos municipais. Parcerias e mais repasses de recursos para a saúde também são apontados como soluções.



Dionício Gomes

Rio do Peixe é fonte de captação de água de municípios com sistema próprio de abastecimento

GESTÃO PÚBLICA

■ Usar a política fiscal para inibir as emissões de CO₂, taxando-as. Mas que sejam instituídas multas pagáveis, proporcionais, razoáveis. Mais do que punir, deve-se orientar, começar com ações educativas. Investir em educação ambiental. Que os recursos provenientes

das multas sejam usados exclusivamente em políticas ambientais.

■ Buscar razoabilidade. A Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Cidades, Infraestrutura e Assuntos Metropolitanos (Secima) tem discricionariedade para aplicação de multas e alega que os valores cobrados para expedir

licença ambiental e outorga de água são irrisórios. Secima está fazendo estudo para reajustar valor e para reduzir a margem de arbítrio na fixação da multa.

- Oferecer subsídios indiretos para incentivar empresas e municípios adotarem práticas mais sustentáveis como o consumo de energias renováveis e a reutilização da água.
- Alinhar discurso entre produtores com poder público sobre desmatamento zero, políticas que vão dar garantia para sustentabilidade. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) vai realizar

seminários para disseminar as tecnologias que são a base do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

- Incentivar iniciativas como as de produtores rurais de Aruanã que cercaram nascentes, recuperando-as de forma espontânea, legal. Sistema Faeg-Senar lançou programa de proteção de nascentes. Mostrar essas iniciativas, com envolvimento de entidades como prefeituras e sindicatos, para treinamentos a fim de apoiar o produtor, que é o principal interessado em ter o recurso natural, que garante sua atividade econômica. Por outro lado, há produtores reclamando que estão

sendo obrigados a cercar suas nascentes sem ter outra opção para tratar dos animais. Querem ser ouvidos.

- Disponibilizar financiamentos para saneamento básico, especialmente a captação, tratamento e distribuição de água. Faina tem tratamento de água em sistema próprio e projetos com a Funasa para rede de esgoto, no valor de R\$ 4,5 milhões, e aguarda liberação da entrada de 20% para iniciar obra. Abastecimento é precário, com captação no Rio do Peixe. Problema também nos reservatórios, pequenos. Sistema de água é de 1990 e nunca foi mudado. População urbana em torno de 4 mil.

Atenção à água e esgoto

- Melhorar sistema de captação de água, também antigo, em Matrinchã: não atende necessidades e afeta a qualidade por dosagem de produto. Córrego é bom, bem reflorestado, mas sistema de abastecimento é o problema. Administração sonha em trocar o sistema de captação, para o que precisa de verbas e tem feito projetos para a Funasa. Valor arrecadado pela prefeitura, que é responsável pela rede de água, não dá para pagar salários de funcionários e produtos para o tratamento da água. Em Faina há problema semelhante e a prefeitura reajustou taxas.
- Fazer estudos para a reutilização da água em estabelecimentos como lavajatos, muito comuns no interior do Estado e que consomem muita água e são altamente poluentes. Gestores reclamam mais participação dos governos estadual e federal para isso. Em Araguapaz, a prefeitura cobra investimentos da Saneago. O município chega a oferecer máquina para abrir redes de água para novos loteamentos. Nascente de água do Córrego Cambuí está secando. Mais de 80% da população têm rede de esgoto, mas reclamam de excesso de taxas cobradas pela Saneago e da falta de retorno em investimentos.



Dionício Gomes

Municípios pedem recursos para expandir sistemas precários

- Existem comitês de bacias hidrográficas de rios da região, como o Meia Ponte, mas eles não avançaram no sentido de que os produtores recebam em dinheiro pela água e pela preservação de nascentes e matas ciliares, como ocorre em outros Estados.
- Investir em energia elétrica que, segundo gestores e moradores, tem situação caótica na região.
- Relatos são de falta de energia todos os dias.
- Reclamações de aumento abusivo das contas. Insatisfação geral.
- Expandir o uso de fontes de energia mais sustentáveis. Buscar a contratação de uma pesquisa para apontar a viabilidade, buscar projetos similares. Sugerida a realização de eventos para buscar soluções com energias renováveis.
- Instalar um posto de atendimento da Justiça Eleitoral em Aruanã. O que existe na cidade apenas faz emissão do título eleitoral. Outros problemas têm de ser resolvidos em Mozarlândia, que atende outros municípios e povoados. Sugerida a criação de zona eleitoral em Aruanã, com cartório eleitoral, que facilitaria. Criada comarca para resolver questões jurídicas e processual. Criação de zona eleitoral seria atrativo para ter juiz titular na comarca.

ANÁLISE

Clamor por saneamento e preservação

O que mais chama a atenção de quem chega à região do Vale do Rio Araguaia, na Região Noroeste do Estado, é a exuberância do Cerrado, especialmente a grande quantidade de rios, ribeirões, córregos e lagos. Num cenário assim, é difícil imaginar que os principais problemas encontrados pelos gestores públicos relacionam-se justamente com o bem que seus municípios têm com abundância: a água. O clamor por mais investimentos em saneamento básico é intenso. Formada por pequenos municípios, a região tem como principal fator econômico a agropecuária, mas pode – e deve – explorar melhor seu potencial turístico, inclusive por meio de parcerias. O desafio lançado neste quarto fórum do Agenda Goiás é a preservação ambiental, que deve ser vista como meta inalienável, especialmente diante da grande extensão de áreas desmatadas para dar lugar a plantações e pastagens. Recuperar as áreas degradadas para aumentar a produção de alimentos sem necessidade de desmatar mais – o desmatamento zero foi apontado pelos palestrantes como uma meta a ser perseguida – é outro desafio para o Cerrado.

Parceria para aprimorar logística

Dionício Gomes

Parcerias Público-privadas

- Firmar parcerias para capacitação de mão de obra. Faina diz ter vários cursos oferecidos na área de mineração, para aproveitar as oportunidades que serão abertas por mineradora, e em várias outras áreas, como confecção. Aruanã informa que capacitou 2,5 mil pessoas em várias áreas, como bordados, tratorista, guia de pesca. Cursos têm funcionado bem, não podem parar. Araguapaz: últimos quatro meses, vários cursos.
- Aprimorar a logística. Muitos agricultores familiares acusam muita produção sem meios para escoar. Estudar a criação de uma central de vendas. Em Araguapaz, onde há 11 assentamentos regulares, existem agrônomo e equipe de assistência técnica. A produção é grande, extrapola a subsistência, mas produtores não tem para quem vender. Padronizar e ter normas para feiras. Com dificuldade para escoar a produção, região necessita de assessoria para isso.
- Estudar e viabilizar parcerias público-privadas para fortalecer o turismo na região.
- Estudar parcerias na área de saúde. Municípios alegam dificuldades para manter número de médicos e cobram hospital regional.

Aruanã tem convênio com a Secretaria Estadual de Saúde, no valor mensal de R\$ 100 mil. O hospital municipal tem cinco médicos, que recebem R\$ 150 mil mensais, mais de 10% da arrecadação bruta do município. Em 30 meses, a SES pagou apenas 17 parcelas. O município teve de arcar com o equivalente a 13 (R\$ 1,3 milhão). Buscar formas de aumentar os repasses para os municípios da região para a contratação de médicos.

- Aumentar recursos para sistema de saúde nos municípios. Em Araguapaz, há 11 profissionais de saúde, entre médicos e outros profissionais, como fisioterapeutas e psicólogos. Faina tem dois distritos e dois povoados. Tem hospital, conseguiu equipamentos para lavar roupas e gerador, mas faltam recursos para colocar em funcionamento o centro cirúrgico. Anseio geral por mais verbas, mais recursos do Estado e por um hospital regional.

Transparência

- Melhorar acesso à internet, que é muito ruim no Vale do Araguaia. Apesar disso, lei está sendo cumprida. Quando tem de fazer a folha de pagamento, a Prefeitura de Araguapaz desliga a rede para conseguir processar a folha.



Baru: parcerias podem ajudar a comercializar frutos do Cerrado

PARTICIPANTES DA MESA DE TRABALHO

William Jones Viana Motta - presidente da Associação de Pastores e Líderes Evangélicos da Cidade de Aruanã
Cícero Martins - advogado Inhumas
Roberto Tadeu Varginha - advogado Aruanã
Bárbara Saglioli Nunes - fiscal Agrodefesa
Jânia Silvério da Silva - assistente social Aruanã
Gerson Fernandes de Souza - chefe de Gabinete prefeitura de Aruanã
Rafael Danillo Araújo Costa - contador Aruanã
Joeva Antônia dos Santos - psicóloga CRAS Aruanã
Adair Rodrigues Azevedo - Pesquisa Mecânica Agricultura Tração Animal Aruanã
Paulo Nascimento de

Souza - prefeito de Faina
Paulo Valério da Silva - prefeito de Aruanã
Cláudio Pereira de Souza - secretário Araguapaz
Cleomar Botelho da Silva - assessor prefeitura de Aruanã
Eloi Ribeiro Amaral - secretário de Limpeza de Matrinchã
Mauro Mello Teixeira - Assessor de Turismo de Aruanã
Moacir Lucas - secretário de Agricultura de Matrinchã
Patrícia Barros Gonçalves - gestora Aruanã
Plauto Matias dos Santos - assessor de Controle Externo de Aruanã
Tatiana Pereira de Souza Borges - assistente social Aruanã

Cristina José de Oliveira - coordenadora prefeitura de Aruanã
Maryna Guerra - gestora de resíduos sólidos
Vilmar Rocha - secretário Secima
Márcio Soares - secretário de Transportes Araguapaz
Celso Fernandes Bezerra - auxiliar administrativo Sefaz Aruanã
Vânia de Carvalho Bareicha - Gestora de TI Segplan
Flávio Henrique Silva - gestor do Senar
Milena Roberta Alves - Sindicato Rural Britânia
Liliane Francisca de Lima - Sindicato Rural de Itaberá
Judite Maria da Silva - moradora de Aruanã

REGIÃO NOROESTE -

A REGIÃO EM NÚMEROS

POPULAÇÃO RESIDENTE*

Municípios	Total
Araçu	3.800
Araguapaz	7.795
Aruanã	8.542
Faina	7.034
Goiás	24.615
Guaraíta	2.300
Heitorai	3.718
Itaberaí	38.983

Municípios	Total
Itaguari	4.688
Itaguaru	5.504
Itapuranga	26.667
Itauçu	8.925
Matrinchã	4.505
Total da região	147.076
Total do Estado	6.523.222
Região/Estado (%)	2,25

PIB**

Municípios	Per capita R\$
Araçu	10.758,06
Araguapaz	9.626,04
Aruanã	12.320,50
Faina	9.926,04
Goiás	13.300,09
Guaraíta	8.566,31
Heitorai	10.304,41
Itaberaí	18.466,63
Itaguari	10.217,58
Itaguaru	9.565,84
Itapuranga	9.974,46
Itauçu	11.998,67
Matrinchã	13.585,12
Total da região	13.074,00
Total do Estado	20.134,26
Região/Estado (%)	1,50

SANEAMENTO BÁSICO

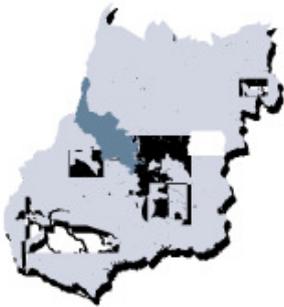
Municípios	População atendida (%)	
	Água	Esgoto
Araçu	100	-
Araguapaz	100	69
Aruanã	100	37,50
Faina	[2]	[2]
Goiás	100	45,80
Guaraíta	100	-
Heitorai	100	-
Itaberaí	100	65,60
Itaguari	100	-
Itaguaru	100	-
Itapuranga	100	92,30
Itauçu	98,80	86
Matrinchã	[2]	[2]
Total da região	99,93	57,11
Total do Estado	95,27	48,93
Região/Estado (%)	-	-

* Estimativa de 1º de julho de 2014. ** Ano 2012. [2] Atendido pela prefeitura.
 Fonte: Instituto Mauro Borges/Segplan



REGIÃO NOROESTE -

REGIÃO NOROESTE



ÁREA

15.536,374 km² (4,6% do total de 340.111,376 km² do Estado)

NÚMERO DE MUNICÍPIOS

13 (10,6% do total de 246 municípios goianos)

POPULAÇÃO TOTAL

147.076 (2,3% do total de 6.523.222 do Estado)**

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

R\$ 1.854.233 (1,5 do total de R\$ 123.926.301 do Estado)**

PIB PER CAPITA

R\$ 13.074,00 (Goiás: 20.134,26, Brasil: 22.645,86)**

* Último dado consolidado para 2010

** Dados de 2012

*** Dados de 2014

Fonte: Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan)/Instituto Mauro Borges





REGIÃO NOROESTE -

TURISMO, AGROPECUÁRIA E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS DO CERRADO
SÃO CAMINHOS PARA MELHORAR INDICADORES SOCIAIS

PERFIL

ARRECAÇÃO DO ICMS

Municípios	ICMS (R\$ mil)
Araçu	189
Araguapaz	556
Aruanã	815
Faina	397
Goiás	6.564
Guaraíta	39
Heitorai	241
Itaberaí	13.726

Municípios	ICMS (R\$ mil)
Itaguari	352
Itaguaru	394
Itapuranga	5.358
Itauçu	4.000
Matrinchã	442
Total da região	33.073
Total do Estado	13.252.854
Região/Estado (%)	0,25

Dados de 2014. Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda.

IDH

Municípios	IDH-M	Ranking
Araçu	0,693	134º
Araguapaz	0,674	189º
Aruanã	0,675	188º
Faina	0,650	226º
Goiás	0,709	85º
Guaraíta	0,687	154º
Heitorai	0,694	131º
Itaberaí	0,719	55º
Itaguari	0,693	134º
Itaguaru	0,718	59º
Itapuranga	0,726	41º
Itauçu	0,718	59º
Matrinchã	0,679	182º
Total da região	0,695	6º
Total do Estado	0,735	8º
Região/Estado (%)	-	-

Classificação segundo IDH:
Elevado (0,800 e superior)
Médio (0,500 - 0,799)
Baixo (abaixo de 0,500)
Dados de 2010.
Fonte: Pnud/Ipea/FJP/IBGE.

TAXA DE ANALFABETISMO

Municípios	População de 10 anos ou mais de idade (%)
Araçu	14,63
Araguapaz	16,33
Aruanã	11,37
Faina	16,58
Goiás	12,35
Guaraíta	9,86
Heitorai	11,97
Itaberaí	9,46
Itaguari	13,76
Itaguaru	12,97
Itapuranga	13,03
Itauçu	11,15
Matrinchã	15,72
Total da região	12,24
Total do Estado	7,32
Região/Estado (%)	-

Dados de 2010
Fonte: MEC/Inep/SEE/IBGE.
Elaboração: Instituto Mauro
Borges/Segplan-GO

Rodovias, a principal demanda

A pavimentação de rodovias é essencial para que a Região Noroeste de Goiás se torne mais competitiva. Melhorar a qualidade das estradas foi a principal demanda apresentada pelos participantes da mesa sobre Competitividade, no quarto fórum do Agenda Goiás, em Aruanã. Representantes de diversos municípios da região, entre políticos, servidores públicos, líderes comunitários, empresários e produtores rurais apresentaram propostas de melhorias para os próximos dez anos, sempre respeitando o tema central do evento: meio ambiente.

Infraestrutura e Logística

- Reconstruir a GO-173, que liga Britânia ao trevo da BR-070. Segundo os participantes, hoje ela é uma rodovia toda remendada e difícil de transitar.
- Pavimentar a GO-456, que liga Faina a Matrinchã. No momento há seis pontes caídas no trajeto de 42 quilômetros. As más condições da via dificultam a atuação dos médicos e enfermeiros do Programa de Saúde da Família, assim como a atenção ao povoado de Araras, comunidade onde vivem os portadores do xeroderma pigmentoso, uma doença rara que exige atenção constante. Além de mais benefícios em saúde e mobilidade, a pavimentação poderá impulsionar a economia da região.
- Pavimentar a GO-528, de Britânia ao Rio Araguaia no município de Jussara. O trecho tem grande potencial pecuário, que está prejudicado pelas condições da estrada, que mesmo sem asfalto recebe um trânsito pesado por conta do transporte da produção de feijão, do transporte escolar, de



Duplicação da GO-070, na rota do turismo histórico e do Araguaia

- caminhões de confinamento e turistas.
- Pavimentar a GO-429, que liga Itapuranga à cidade de Goiás. A estrada atende dois grandes produtores de leite, além de centenas de pequenos produtores e assentados, mas precisa de constante manutenção. As quedas das pontes da estrada são constantes e o município está tendo dificuldades em arrumar madeiras para os reparos. O município de Itapuranga alega ter cerca de 2.400 produtores no trecho, mas diz que não há recursos municipais para fazer a estrutura de concreto e dar melhores condições aos produtores.
- Pavimentar a GO-156, que liga o distrito de Diolândia, em Itapuranga, ao município de São Patrício. São apenas 13 quilômetros, mas causam transtorno principalmente para os estudantes universitários, que precisam aumentar o percurso para chegar até faculdade em Rubiataba.
- Pavimentar a rodovia que liga a cidade de Goiás ao distrito de São José da Lajinha, que também requer a construção de pontes. Segundo os participantes, as pontes estão em estado precário, oferecendo riscos aos motoristas que precisam

transitar pelo local.

- Pavimentar a GO-171, que liga Aruanã a Matrinchã, um trecho de 70 quilômetros. A medida contribuirá para o desenvolvimento econômico tanto do setor agropecuário quanto do turístico na região.
- Pavimentar a rodovia que liga Aruanã até a ponte para Cocalinho (MT). E de Mozarlândia até o mesmo local. As duas vias terminam no ponto onde deverá ser feito o encabeçamento da ponte que ligará Goiás ao Mato Grosso.
- Finalizar a construção da ponte que liga Aruanã a Cocalinho (MT), feita por meio de uma parceria público-privada. A estrutura de concreto na parte central, construída pela iniciativa privada, está pronta. Mas os encabeçamentos da ponte ainda não foram feitos pelos Estados de Goiás e Mato Grosso.
- Retomar as balanças de pesagem de carga nas rodovias da Região Noroeste. Com o pedágio na BR-153, muitos veículos de carga migraram para a GO-164, que liga Goiás a São Miguel do Araguaia, com sobrepeso de cargas detonando a pavimentação asfáltica.

Inovação nos recursos e resíduos

Dionício Gomes

- Reativar o programa estadual Patrulha do Desenvolvimento Regional. A região é muito acidentada e os municípios de Faina, Itapuranga e Goiás têm dificuldade de fazer a manutenção das estradas, bueiros e pontes. A patrulha ajudaria a identificar os pontos críticos da zona rural dos municípios.
- Comprar uma nova balsa para ligar Britânia a Jacilândia, distrito de Itapirapuã. Atualmente, o transporte aquático no local conta uma balsa pequena, que comporta no máximo cinco veículos pequenos. Caminhões acima de 8 mil quilos não passam, aumentando o trajeto em 200 quilômetros para os pecuaristas que precisam fazer o abate em Mozarlândia. A reivindicação é por balsa de maior capacidade, com o sistema de embarcador acoplado, para facilitar o embarque nos períodos de chuva.
- Reformar o porto da Associação dos Barqueiros de Aruanã (ABA), no Rio Araguaia. Com a força do rio e o grande fluxo de embarcações, o porto está desmoronando. É preciso colocar barreiras de contenção, para evitar o assoreamento. O porto não tem segurança e já ocorreram acidentes com mortes.
- Construir um porto no distrito de Itacaiú, em Britânia. No local há uma estrutura de chão, que na época de chuvas só comporta carro traçado. O porto improvisado é foco de disputas e confusões



Fábrica de ração para aves em Itaberaí, cidade de perfil industrial

constantes. Itacaiú é a localidade que registra o maior aumento do turismo em Britânia.

- Reestruturar o sistema de distribuição de energia elétrica. Todas as cidades da região sofrem com as quedas de energia.
- Criar incentivo fiscal do governo para estimular a instalação de energias alternativas no Estado. Itaberaí, cidade com aptidão industrial, perde competitividade por conta das quedas de energia. Os produtores rurais de toda a região Noroeste acumulam prejuízos com as quedas de energia, porque perdem produtos que necessitam de resfriamento, como leite e animais abatidos. Sem

energia, os trabalhadores de micro e grandes empresas ficam horas parados esperando o retorno da energia, recebendo sem ter como produzir.

- Fomentar a melhoria das telecomunicações. Os municípios da região sofrem com a falta de internet móvel e até o sinal de celular é prejudicado.

Desenvolvimento Econômico

- Dar incentivos fiscais para inovação tecnológica nas indústrias e fazendas, visando a uma produção de forma mais sustentável. Atualmente, há diversas tecnologias para o reaproveitamento tanto dos

recursos naturais quanto dos resíduos, mas elas não estão acessíveis aos empresários e produtores do Estado.

- Encarar a questão do lixo. Disponibilizar recursos para a construção de aterros e implantação da coleta seletiva. A criação de cooperativas para recolher, separar e reaproveitar o lixo reciclável poderá aumentar a renda dos moradores dos municípios. Estimular a criação de consórcios municipais para o tratamento e valorização do lixo. Estimular a educação ambiental para conscientizar a população em relação à produção e descarte de lixo.
- Estimular o turismo de baixa temporada em Aruanã, com

marketing de apoio às empresas. A cidade sobrevive basicamente do turismo, mas ele se concentra em poucos meses do ano (janeiro, fevereiro e julho). Nos meses de agosto e setembro, as praias continuam bonitas, mas os acampamentos são desmontados. Essa sazonalidade se repete em Britânia e na cidade de Goiás. Atrair empreendimentos âncoras, como é feito em Caldas Novas e Rio Quente, com resorts que estimulam o turismo o ano todo.

- Fomentar a construção de agroindústrias familiares, para beneficiar a cadeia produtiva do leite, do frango, do porco e ao mesmo tempo dar oportunidades de emprego e movimentar a economia da região.
- Criar estratégias de apoio à economia criativa, com oficinas, treinamentos e centros de comercialização dos produtos. Eles citam como exemplo o artesanato da Aldeia Buridina e as atividades festivas dos índios carajás, em Aruanã, assim como a cultura popular das cidades de Itapuranga e Goiás. Uma estratégia apontada seria a criação de uma feira itinerante, entre os municípios da Região Noroeste, por parte do governo estadual. Um evento bem planejado para produtos bem acabados, feitos em escala viável de comercialização, além de um cuidado para não perder a identidade cultural desses itens, tanto dos indígenas quanto dos paneleiros, artesões e fiandeiras.

Desenvolver sem degradar

Dionício Gome

- Incentivar a piscicultura familiar, com desburocratização das licenças para construir os tanques e comercializar os animais produzidos na Região Noroeste. Os indígenas também querem investir na produção de peixes em tanques, mas reclamam que a Fundação Nacional do Índio (Funai) coloca obstáculos. Eles pedem o apoio do Estado junto ao órgão federal para destravar a questão.
- Rever o mapa usado para fazer as discussões regionais, juntando os municípios mais próximos e com demandas afins para facilitar o planejamento. Os participantes citam os exemplos de Aruanã, com vocação turística como Britânia, devido ao Rio Araguaia, e de Itaberaí, mais distante, mas que está no zoneamento, apesar de viver uma realidade diferente, com vocação industrial. Essas discrepâncias acontecem quando eles se reúnem para discutir temas macro como turismo, saúde e educação. Representantes dos municípios do Vale do Araguaia dizem viver uma realidade específica, que demanda um planejamento voltado para a realidade da microrregião.

Meio Ambiente

- Ampliar a fiscalização nas margens do Rio Araguaia fora do período de temporada. Hoje, o rio está se assoreando, com o desmatamento das

margens principalmente para pastagens.

Com isso, o gado tem acesso direto ao rio.

- Realizar pesquisas antes das obras de pavimentação, para evitar a degradação e erosões associadas a estradas malfeitas. Ter engenheiros ambientais nas obras, para orientar os operadores de máquinas. A falta do corpo técnico ambiental gera uma concorrência entre infraestrutura e meio ambiente.
- Fortalecer a atuação da Emater para ajudar o produtor rural na recuperação e qualidade das pastagens. O melhor aproveitamento das pastagens é fundamental para alcançar o desmatamento zero. Um pasto de qualidade também cumpre uma função ecossistêmica, de fixar o solo e sequestrar carbono. Retomar o programa de proteção de microbacias da Emater, que trabalha desde a recuperação de pastagens, proteção do solo, proteção de nascentes e recuperação de estradas vicinais.
- Estender o projeto Produtor de Águas para a região de Itapuranga, Goiás, Itaberaí, Faina e Britânia. Os produtores alegam que as nascentes sofrem com o pisoteio do gado. Os representantes querem auxílio do governo para fornecer madeira e arame para o cercamento das nascentes e áreas de veredas, assim como auxílio para o reflorestamento.



Artesanato à venda na cidade de Goiás (ao fundo, a Serra Dourada)

ANÁLISE

Um debate rico e representativo

Assim foi o fórum sobre competitividade no quarto Agenda Goiás, em Aruanã.

Representantes da cidade anfitriã, além de Britânia, Araguapaz, Faina, Itapuranga, Goiás e Itaberaí apresentaram problemas de seus municípios, com propostas de soluções a serem implementadas nos próximos dez anos.

Entre os municípios, alguns apresentam realidades bem parecidas, como Aruanã e Britânia. Outros, totalmente diferentes, como Itapuranga e Itaberaí. Por conta das diferenças, houve momentos em que as ideias eram divergentes. Mas o debate caminhou de forma tranquila em busca do consenso.

Apesar das diferenças, os municípios apresentaram um ponto em comum: a demanda por manutenção de estradas e

pavimentação asfáltica. Mas os participantes fizeram questão de destacar que as obras de pavimentação devem respeitar o meio ambiente, apontado como a principal riqueza da região.

A diversidade não estava presente apenas na quantidade de municípios. Aruanã, por exemplo, estava representado no debate pela secretária de Turismo da Cidade, Bibiane Corrêa, pelo cacique da Aldeia Buridina, Raul Mauri dos Santos, além de membros da associação de barqueiros e empresários.

Também foi boa a participação de secretários municipais de Meio Ambiente, com gestores de Araguapaz, Goiás, Britânia, Faina, Itapuranga e Itaberaí. Todos apresentaram propostas exequíveis, dentro das necessidades da região.

Criar unidades de conservação

- Promover maior integração entre a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima) e os municípios. Hoje, segundo eles, há uma distância muito grande entre os municípios e o órgão licenciador e fiscalizador.
- Investir massivamente na criação de unidades de conservação. Goiás tem menos de 4% de áreas protegidas e é preciso ampliar esse número. O bioma Cerrado como um todo tem menos de 10% de área protegida, enquanto a Amazônia tem 50%. A cidade de Goiás possui o Parque da Serra Dourada, mas sem a regularização necessária ele sofre constantes depredações. Além de proteger o rico ecossistema dos vales do Rio Vermelho e do Rio Araguaia, as novas unidades de conservação, desde que devidamente implantadas, serão mais um atrativo turístico para movimentar a economia local.
- Criar o Parque Lago dos Tigres e o Parque da Água Limpa, em Britânia. São áreas com vocação para a conservação, mas há denúncias de depredação constante nas duas localidades, inclusive com incêndios.
- Estruturar e melhorar a fiscalização ambiental para evitar que fazendeiros



Dionício Gomes

Área de lazer à beira do Rio Araguaia, em Aruanã: foco no turismo

nas margens dos rios com aumento do efetivo de fiscalização ambiental, por meio de concursos públicos, além de dar meios necessários para o trabalho desses fiscais.

- Criar um programa estadual de educação para as Áreas de Preservação Permanentes (APPs). A região sofre com a invasão das APPs, tanto na área urbana quanto na zona rural. Maior fiscalização das construções nas beiradas de rios, com demolição das construções irregulares em áreas invadidas.
- Solucionar o desvio no Rio Vermelho que está diminuindo a vazão no Lago dos Tigres. O rio saiu do trajeto natural por conta de desmatamentos assoreando o canal inicial. É preciso recompor a mata ciliar e fazer intervenções para que o rio volte ao canal natural. Controlar os pivôs de irrigação na Bacia do Rio Tigrinho. Os pivôs estão retirando do manancial que abastece a cidade de Britânia. As lavouras com irrigação às margens do Rio Tigrinho também preocupam por conta do risco de contaminação.
- Fazer o zoneamento econômico-ecológico da região. Por meio desse mapeamento, o Estado identificará e dirá o que pode e o que não pode ser feito em cada área, respeitando a vocação do ecossistema.

PARTICIPANTES DA MESA DE TRABALHO

Alessandra Pereira da Costa – secretária de Meio Ambiente de Faina
Daurelio Barbosa Rocha – analista ambiental da Secretaria Estadual das Cidades, Infraestrutura e Meio Ambiente (Secima)
Gilmar Pimenta da Silva – produtor rural e vereador de Britânia
Célia Divina dos Santos – empresária de Aruanã
Genesi de Souza Lira – Wanderson G. Queiroz – Daniel Rui Cunha – secretário municipal de finanças de Araguapaz
Bernardo Vianna – assessor da Segplan-GO
Fernando Barbosa – secretário de Meio Ambiente de Araguapaz
Jovano Félix – fiscal de Aruanã

Bibiane Corrêa – secretária municipal de Turismo de Aruanã
Alzenária Maria Boaventura – analista ambiental da Agência de Meio Ambiente e Turismo (Amatur) de Itaberaí
Joaby Divina das Neves Lima – gerente de licenciamento ambiental da Amatur
Mauro Antônio Utim – presidente da Amatur
Pedro Alves Vieira – diretor técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma) da cidade de Goiás
Clizeide Rezende Oliveira Curado – secretária municipal de Agricultura da cidade de Goiás
Jaber Cardoso de Melo – prefeito de Itapuranga
Valdivina da Silva Lôres –

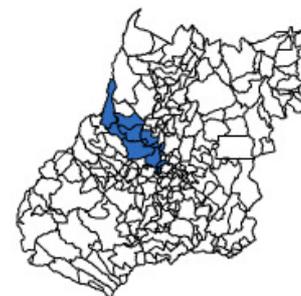
João Batista de Souza – presidente da Associação dos Moradores de Xixazão (Amax)
Pedro Camelo Artlaga – supervisor do Detran
Raul Mauri dos Santos – cacique da Aldeia Buridina, em Aruanã
Valdirene Fernandes Santana – comerciante de Aruanã
José Carlos Xaviere de Godol – gerente da Saneago em Aruanã
José Carvalho de Matos – guia turístico de Aruanã
André Luiz Rodrigues – secretário de Administração de Faina
Copérnico Azevedo – diretor de serviços e limpeza urbana de Faina
Luiz Carlos de Lima – secretário de Obras e Meio Ambiente de Britânia

invadam o domínio público a menos de 40 metros das rodovias. Os participantes também denunciam pesca

predatória na região, mesmo após a Lei da Cota Zero. Segundo eles, não adianta a Secima ficar apenas na

rodovia fiscalizando os carros e apreendendo o pescado ilegal, é preciso combater a pesca predatória

MEIO AMBIENTE GANHA FOCO, AGILIDADE E PLANEJAMENTO



Plano de Ação de Desenvolvimento Integrado para a área (PAI Ambiental) contemplou ações de gestão, proteção das águas e cerrado sustentável, com investimentos da ordem de R\$ 120 milhões

Antiga Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) - atual Secima - fechou 2014 redimensionada, consolidada e valorizada em suas funções de formular e executar as políticas públicas de meio ambiente, exercer a função de órgão gestor das águas estaduais, fortalecer a educação ambiental, proteger os ecossistemas, a fauna e a flora, e atuar no exercício do poder de polícia sobre as atividades que causem impacto ambiental.

De 2010 a 2014, a secretaria teve grandes avanços em seu processo de fortalecimento institucional. A implementação do planejamento estratégico resultou na reestruturação organizacional do órgão, na informatização dos documentos e trâmites processuais e na emissão de licenças e declarações de uso de recursos hídricos 'on line'. O Plano de Ação de Desenvolvimento Integrado do Meio Ambiente (PAI Ambiental) contemplou ações de gestão ambiental, proteção das águas e cerrado sustentável, com investimentos da ordem de R\$ 120 milhões.

Com o foco na gestão ambiental de resultados, a secretaria reassumiu seu papel formulador de políticas de meio ambiente e de recursos hídricos em Goiás. O novo Código Florestal do Estado, já em vigor; o Plano Estadual de Recursos Hídricos, concluído; a criação e a participação incisiva em Comitês de Bacias Hidrográficas; a padronização de todos os procedimentos de



Servidores da Secima em trabalho de campo: com foco na gestão ambiental de resultados, Governo retoma papel de formulador de políticas

outorgas de água; os investimentos em aquisição de terras e planos de gestão de Unidades de Conservação; a criação do Fórum Goiano de Mudanças Climáticas e Pagamentos por Serviços Ambientais; e a minuta de lei sobre Gestão de Serviços Ambientais e Regulação do Clima, em tramitação, são alguns dos resultados do amadurecimento institucional da atual Secima.

Foram várias conquistas nesses últimos quatro anos, como a melhoria no processo de licenciamento ambiental, com a redução no tempo médio para análise processual; a Licença Ambiental 'on line', que dispensou 40 tipos de atividades dessa exigência; a Licença Declaratória, para carvoejamento e armazenamento de grãos; e o registro 'on line' para os processos da aqui-

cultura. Na outorga, a emissão 'on line' de autorizações para uso de águas para minipços, piscicultura e uso insignificante de água; a redução pela metade do tempo de espera para obtenção de outorgas de água para irrigação, indústrias etc.; a maior segurança conferida pela emissão da outorga em papel moeda; e a padronização em manual técnico de outorgas e da ISO 9001.

Na fiscalização, as equipes foram treinadas e passaram a contar com veículos mais seguros e velozes, dando nova dinâmica ao processo de proteção da fauna e da flora nos mais diversos locais, em especial ao longo do rio Araguaia. Destaque para as ações de combate à pesca predatória, ao desmatamento ilegal e às atividades de mineração, além da proteção dos recursos hídricos.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Com o expressivo desenvolvimento econômico e social de Goiás nos últimos anos empreendimentos poluidores e potencialmente poluidores dependeram da anuência ambiental.

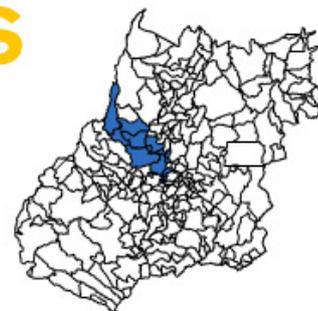
A simplificação e agilização dos processos de licenciamento, com regras claras e definidas, vieram desburocratizar e conferir maior celeridade, transparência e eficiência aos procedimentos. O tempo médio de análise processual teve considerável redução de tempo, que caiu de 500 para 180 dias, no caso de proces-

sos sem falhas técnicas.

Com a criação da Licença Ambiental Online, para empreendimentos de baixo potencial poluidor, as licenças podem ser requeridas de casa, sem burocracia. A secretaria promoveu a descentralização de funções, possibilitando que os municípios assumam o licenciamento ambiental de atividades de impacto local. Mesmo com a descentralização, o órgão continua atendendo o mesmo volume de solicitações, em torno de três mil processos/ano.



GOVERNO AMPLIA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



Crescem os investimentos e a efetividade na gestão, com resultados altamente positivos no fortalecimento dos parques estaduais instituídos em território goiano



Lago da Cachoeira do Cascatinha, no Parque Estadual da Serra de Caldas Novas: monitoramento

Criada e implantada em 2011, a Superintendência de Unidades de Conservação realizou nesses quatro anos um importante trabalho. Os recursos aplica-

dos nesta área teve aumento expressivo, com um investimento de R\$ 16,4 milhões neste período. Para maior eficiência na área, foi adotado como parâmetro de efeti-

vidade de gestão das Unidades de Conservação (UCs) a auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que estabeleceu critérios para medi-la nos parques estaduais e

áreas protegidas.

Entre as demais medidas implementadas pelo Governo de Goiás na preservação de UCs está a implantação de controles mais efetivos e preventivos de incêndios florestais. Essas atividades vão desde a construção de aceiros (em torno de 2,5 milhões de m²), aquisição de material e ações monitoradas de queimadas nas margens das rodovias, atuação mais rápida das equipes de campo no primeiro combate, até o uso de helicóptero em operações de combate ao fogo e apoio do Corpo de Bombeiros.

Essas ações geraram bons resultados. Em 2010, ocorreu um incêndio no Parque Estadual Altamiro de Moura

Pacheco (Peamp) que durou sete dias e consumiu 65% de sua área. Em 2011 e 2012 não foram registrados incêndios, e em 2013 houve uma ocorrência, de 21 dias, mas que queimou apenas 5% da área.

Também foi criado um programa de monitoramento de armadilhas fotográficas, no Peamp e no Parque Estadual da Mata Atlântica (Pema). Foi efetivado o Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc), organizado um plano emergencial de visita às cavernas do Parque Estadual Terra Ronca – com apoio do Sebrae – e feita uma trilha de mountain bike no Parque Altamiro de Moura Pacheco, que estava fechado para visitas e foi reaberto.

EFICIÊNCIA DE GESTÃO

Para avaliar os resultados da administração das Unidades de Conservação foi definido como parâmetro a auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que estabeleceu critérios para medi-la nas áreas protegidas. De acordo com o relatório do TCE, nas 11 UCs auditadas houve aumento médio de eficiência de gestão de 134%, entre 2011 e 2014, com destaque para o Parque Estadu-

al do Araguaia, que cresceu 347% no período.

O Parque Estadual da Serra de Jaraguá aumentou essa efetividade em 225%, o da Serra Dourada em 219% e o da Mata Atlântica, 119%.

Houve a expansão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação e para os esforços no atendimento às necessidades dos 11 parques estaduais, que tinham uma gestão com resultados baixos e os avanços ocorreram em todos.

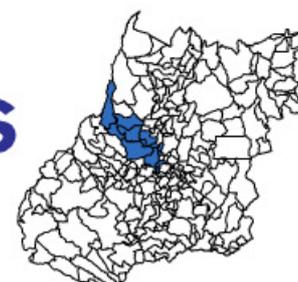
Foi criado o Parque Estadual do Ribeirão João Leite e estão prontos os processos para criação dos Parques Estaduais São Félix e Serra da Prata e da Estação Ecológica Chapada de Nova Roma, que somam mais 82.219,55 hectares.

Em 2011 não havia Conselho Constitutivo, onde a sociedade participa efetivamente da gestão de Unidades de Conservação. Foram reativados seis conselhos e criados outros dois.





COMPENSAÇÃO FINANCIA AÇÕES PRESERVACIONISTAS



Governo de Goiás firmou 26 Termos de Cumprimento de Compensação Ambiental de Sistema Estadual de Unidades de Conservação e 17 de fauna; ao todo foram 43 TCCAs em quatro anos, representando o retorno de investimentos econômicos de significativo impacto ambiental



Alunos de escolas públicas participam de atividade sobre a importância da preservação ambiental

O Governo de Goiás, por meio da antiga Semarh, firmou 26 Termos de Cumprimento de Compensação Ambiental (TCCA) de Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Seuc) e 17 de fauna. Ao todo foram 43 TCCAs nesses quatro anos, representando o retorno de investimentos econômicos de significativo impacto ambiental.

Houve diversidade na aplicação dos recursos: em 2011 foram em bens e serviços; 2012, em regularização fundiária; 2013, em educação ambiental, bens e serviços e na criação de UCs, e, 2014, em programas, convênios e planos de manejo.

Na regularização fundiária, de 2011 a 2014 foram efetivamente adquiridas 10 propriedades rurais em Terra Ronca, uma em Pirineus e uma em Paratúna, totalizando a compra

de 2.953 hectares, no valor de mais de 5 milhões de reais. Quanto a outras áreas para regularização fundiária, os processos já estão na Procuradoria Geral do Estado (PGE): são 17, que totalizam 4.279 ha e recursos da ordem de 11,8 milhões de reais.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Nos últimos quatro anos, houve relevantes resultados na área de regularização fundiária. Foi realizado levantamento de 61 propriedades rurais, entre adquiridas e em processo de aquisição, totalizando 15.487 hectares e R\$ 37,8 milhões a serem aplicados nessas áreas. Em junho de 2011 havia 11,2 milhões de reais disponíveis no Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema) e em outubro deste ano havia 75,6 milhões de reais,

num crescimento de 653% de recursos depositados no Fema. A gestão 2011 a 2014 vai dispor, no final, de mais de 100 milhões de reais no Fundo para aplicação na área.

PROTEÇÃO DO CERRADO

O Projeto Cerrado Sustentável Goiás, em fase de conclusão, investe em Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral no bioma Cerrado no Estado, desenvolvimento de políticas, fortalecimento institucional e monitoramento ambiental. Por meio dele foram formalizadas propostas para a criação de 117 mil hectares de novas UCs (Parques Estaduais São Bartolomeu, Rio São Félix e Serra da Prata), consolidação de UCs existentes e obras em parques estaduais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONSCIENTIZA E PREVINE

A educação ambiental ganhou nova dimensão nos últimos quatro anos, envolvendo a cadeia produtiva e a sociedade. Houve aproximação com o setor rural, passando a chegar às pessoas que, potencialmente, geram impacto, pelas atividades que desenvolvem.

O Programa Estadual de Educação Ambiental, foi reformulado e atualizado (Decreto nº 7.821, de 5 de março de 2013). Com isso foram criadas mais ferramentas para atuação, como a municipalização, permitindo nortear os programas e políticas municipais, fixar diretrizes e a adoção de técnicas e conceitos mais modernos e adequados à atual situação do Estado. As estruturas estão em processo de renovação: entidades como o Coletivo Jovem (CJ) e a Rede de Educação e Informação Ambiental (REIA) voltaram a ter participação ativa na gestão da educação ambiental.

O programa Compensar Ambiental ganhou espaço no trabalho de sensibilização na parceria com a Secretaria de Educação, ao fornecer às escolas vídeos e cartilhas e o acesso à "calculadora de carbono" para a sua implementação, para orientar e medir a redução de CO₂, e provocar a redução do consumo. Também promoveu debates sobre a gestão ambiental para outros atores por meio de palestras, oficinas, teatros, exposições etc. Durante a gestão promoveu em média 24 eventos a cada mês, atingindo diretamente um público mensal superior a 2.250 pessoas.

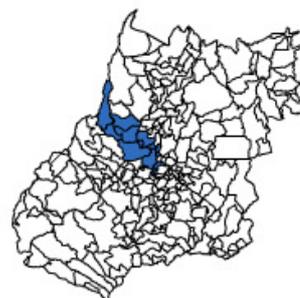
RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL APLICADOS (2011 - 2014)

Programas e Projetos Convênios e Parcerias	183.055,60
Bens e Serviços	4.316.415,34
Plano de Manejo	99.919,69
Regularização fundiária	5.030.231,87
Educação Ambiental	79.548,00
Criação UC Ampliação Seuc	519.422,68
Custeio Semarh	6.200.000,00
Total	16.428.593,18



SECIMA PRIORIZA AÇÕES NO VALE DO ARAGUAIA

Governo do Estado amplia foco de ação no mês de julho por meio do combate ao desmatamento ilegal e tráfico de animais, sem deixar de combater a pesca e a caça irregulares



Rio do coração dos goianos, o Araguaia é alvo de ações permanentes de preservação da parte da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima). Neste ano, na Operação Araguaia, foi desenvolvida uma programação voltada para o combate à degradação ambiental e para a conscientização dos turistas e da população ribeirinha. A Secima ampliou o foco de ação no mês de julho por meio do combate ao desmatamento ilegal e tráfico de animais, sem deixar de combater a pesca e a caça irregulares.

Equipes de fiscais da Secima estiveram nos postos de fiscalização e no rio, com visitas a acampamentos e abordagens a barcos de pescadores. Além das funções de monitoramento e fiscalização, as equipes também orientaram o público sobre práticas sustentáveis, armazenamento dos resíduos sólidos, segurança na navegação e para banhistas, entre outras atividades.

Entre os dias 1º de julho a 5 de agosto nos postos de fiscalização de Santa Fé de Goiás, Rio Verdinho, Aruanã e Nova Crixás foram apreendidos 541,27 quilos de pescados diversos, os quais foram doados a instituições de caridade locais.

Ainda na operação Araguaia 2015 foi apreendida uma paca de aproximadamente 4 quilos, 8 tartarugas, 5 quilos de caititu, 1 jabuti, 19,13 quilos de jacaré, 4 quilos de paca, 8 redes, 2 tarrafas, 25 pindas, 5 espinhéis, 3 rifles, 2 espingardas, 2 xuxos e 2 caixas de isopor. Os materiais apreendidos e as caças foram destruídos.

Foram lavrados 52 autos de



Por meio da Secima, o Governo de Goiás promove desde 2014 o Programa Araguaia Mais Limpo

infração contra a fauna silvestre, totalizando R\$ 196.050,00 (cento e noventa e seis mil e cinquenta reais) em multas. Durante a fiscalização, também foi lavrado o auto de infração no valor de R\$ 900 mil pelo transporte de palmito sem DOF.

ARAGUAIA MAIS LIMPO

Em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e as prefeituras de sete municípios, a Secima realizou pelo segundo ano consecutivo a Campanha Araguaia + Limpo em todos os municípios da região. As equipes percorreram o Rio Araguaia distribuindo sacos de lixo e orientando os turistas acerca do correto descarte e, posteriormente, recolheram os resíduos gerados nos acampamentos levando o material para centros de triagem e aterros sanitários.

O objetivo do Araguaia Mais Limpo é garantir a limpeza das praias e a destinação correta ao lixo dos acampamentos. Em 2015, o projeto ganhou o reforço da campanha Olho no Óleo, da Saneago. Com isso, foram distribuídos também coletores de óleo de cozinha para evitar o despejo do produto no rio ou que fossem enterradas nas praias após o uso.

OPERAÇÃO SEMANA SANTA

As equipes da Secima estiveram nos postos de fiscalização do Vale do Rio Araguaia durante a Operação Semana Santa 2015. O objetivo do trabalho foi coibir a captura, armazenamento, o transporte e o comércio irregular de peixes durante todo o feriado da Semana Santa.

Os fiscais ambientais reali-

zaram blitzes terrestres e aquáticas nos municípios de Aruanã, Mozarlândia, São Miguel do Araguaia e Luís Alves.

A Operação Semana Santa apreendeu mais de 100 quilos de pescado e 5 quilos de carne de jacaré, entre os dias 1º e 5 de abril. Durante o período, a fiscalização foi intensificada nos postos de Aruanã, Santa Fé, Rio Tesoura e Rio Verdinho.

Ao todo, foram abordados 804 veículos e 55 embarcações. Foram lavrados 20 autos que resultaram em R\$ 16.848 em multas. O pescado foi doado para instituições filantrópicas.

NASCENTES VIVAS

O Programa Nascentes Vivas começou em 2014 em 11 municípios da região metropolitana de Goiânia. Desde então, 18 nascentes foram recuperadas, com mais de 20 mil mudas plan-

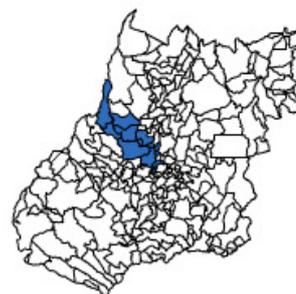
tadas. O objetivo agora é uma maior atuação na bacia do Rio Vermelho. Os 11 municípios da bacia hidrográfica do Rio Vermelho têm recebido equipes da Secima para avaliar nascentes que podem ser recuperadas. A primeira ação de replantio vai ocorrer na nascente do Córrego Bacalhau, na cidade de Goiás. A bacia do Rio Vermelho faz parte da bacia do Araguaia-Tocantins e engloba, além da cidade de Goiás, os municípios de Aruanã, Britânia, Buriti de Goiás, Faina, Fazenda Nova, Itapirapuã, Jussara, Matrinchã, Novo Brasil e Santa Fé de Goiás.

O Edital n.º 01/2015 do Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema) seleciona Projetos de Recuperação e Proteção de Nascentes e Áreas de Preservação Permanente dos Corpos d'água. São R\$ 3 milhões disponíveis no edital. Projetos para recuperação e proteção de nascentes e áreas que margeiam corpos d'água terão prazo de 24 meses para execução e até R\$ 300 mil cada. Já os projetos para recuperação e proteção de nascentes e áreas que margeiam corpos d'água e formação de viveiro de mudas vão receber até R\$ 500 mil e têm prazo de 24 meses.

O prazo para recebimento dos projetos do edital foi ampliado para o dia 14 de setembro de 2015, e que podem participar associações, OSCIPs ou ONGs, empresas públicas, autarquias, fundações, instituições de ensino (com título de universidade com exercício no ensino, pesquisa e extensão), instituições privadas brasileiras sem fins lucrativos e prefeituras municipais. Os convênios devem ser assinados no dia 20 de novembro de 2015.

ESTADO ADERE AO PACTO NACIONAL DAS ÁGUAS

Goiás recebe R\$ 3,7 milhões até 2018 para promover a gestão hídrica; trabalho já tem reflexos e Estado sobe no ranking das unidades da Federação que melhor administram seus recursos naturais



O Governo de Goiás, por meio da antiga Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (atual Secima), formalizou a participação do Estado no Pacto das Águas e habilitou-se a receber R\$ 3,7 milhões do Governo Federal até 2018 para gerir os recursos hídricos no Estado. A adesão possibilitou a definição das metas a serem atingidas, o que representa uma verdadeira evolução do sistema de gestão estadual, contribuindo também para a evolução do sistema nacional. Desde então, Goiás avançou, conforme a Agência Nacional de Águas (ANA). Dividia o último lugar na área com o Piauí e atualmente está numa situação melhor, ao lado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

O grande objetivo do Pac-

to Nacional pela Gestão das Águas é a construção de compromissos entre os entes federados, visando à superação de desafios comuns e à promoção do uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos, sobretudo em bacias compartilhadas.

Esse objetivo maior desdobra-se em outros dois mais específicos; promoção da efetiva articulação entre os processos de gestão das águas e de regulação dos seus usos, conduzidos nas esferas nacional e estadual; e o fortalecimento do modelo brasileiro de governança das águas, integrado, descentralizado e participativo.

PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS

O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) de Goiás foi estruturado em 2014, a par-

tir da contratação do trabalho com o Ministério do Meio Ambiente e (MMA) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), no valor de R\$ 2,7 milhões. Ele contempla as diretrizes da gestão sustentável da água e norteia a implementação dos demais instrumentos, em interlocução com os planos setoriais como saneamento, zoneamento ecológico-econômico e de irrigação, dentre outros.

O Plano vai articular as Unidades de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (UPGRHs), por meio dos CBHs, em implementação no Estado. Este processo ampliará o envolvimento das comunidades na gestão racional e sustentável dos recursos hídricos, atendendo a demandas sociais crescentes, em razão dos conflitos de uso da água já existentes.

CONSELHO FIXA DIRETRIZES PARA USO DA ÁGUA

Extinto em 2008 e revigorado em setembro do ano seguinte, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) foi reestruturado e a partir de 2011 aprovou 23 Resoluções fixando as diretrizes para o sistema de outorga das águas superficiais e subterrâneas, a divisão do Estado em Unidades de Planejamento e Gestão, a criação de sete Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs), entre outros assuntos. O conselho acompanha o Pacto das Águas (PróGestão) e a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH).

O CERH dividiu o Estado em 11 Unidades de Planejamento e Gestão e orienta o processo de instalação dos CBHs. Um deles havia sido instalado em 2003; um em 2012; três em 2013/2014; e criados outros três em 2014, para serem instalados em 2015. Os oito comitês abrangem aproximadamente 75% do território goiano.



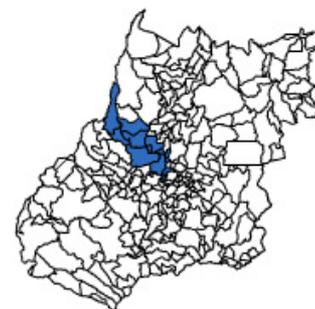
Barragem do Ribeirão João Leite, em Goiânia: garantia de abastecimento para a região metropolitana

BACIA DO PARANAÍBA

Mesmo sendo comitê de rio federal, o Estado contribuiu efetivamente para a elaboração e aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paranaíba, que vai agilizar a elaboração dos planos de bacias dos rios afluentes, abrangendo quatro comitês de rios estaduais em 45% do território goiano. Este plano e o CBH Paranaíba estão avançando nas questões do enquadramento dos corpos d'água, na efetivação dos instrumentos de gestão e na cobrança pelo uso dos recursos hídricos e diretrizes para a outorga e para o licenciamento ambiental de empreendimentos que façam uso ou apresentem interferências nas águas.

PROJETO GARANTE ÁGUA AOS MUNICÍPIOS

Programa Água Para Todos, em parceria com o Governo Federal, prevê investimentos de R\$ 50 milhões até o final de 2015; na primeira fase, 10 cidades goianas receberão 50 cisternas cada



Recomposição de mata ciliar em área de preservação de nascentes

O Comitê Gestor Estadual do Programa Água Para Todos, coordenado pela antiga Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (atual SED), definiu implantar em 10 municípios do Estado a primeira etapa do projeto. Eles pertencem às regiões norte e leste. Cada um receberá 50 de um total de 500 cisternas de polietileno destinadas a captar água de chuvas para consumo humano.

A iniciativa é uma parceria entre o Governo de Goiás e o Ministério da Integração Nacional (MI). Os 10 municípios beneficiados são Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Nova Roma, São Domingos e Sítio d'Abadia.

O Programa Água Para Todos investirá no Estado R\$ 35 milhões em 2014 e R\$ 15 milhões em 2015. Os recursos são provenientes de convênio com o Ministério da Integração

Nacional e contrapartida do Tesouro estadual.

O programa vai levar água potável para 8 mil famílias de baixa renda na zona rural. Serão instalados 1.550 minipoços artesianos e 113 de alta profundidade, além das 500 cisternas de polietileno para captar água de chuvas em localidades de difícil perfuração de poços. O programa em Goiás beneficiará 60 municípios e mais de 100 assentamentos até o final deste ano.

PARCERIAS

O Comitê Gestor Estadual do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água é coordenado pela SED e conta com as participações da secretaria de Saúde, da Secima, do Inkra, Faeg, Fetaeg, Saneago, Sifaeg e Funasa. Para a escolha dos municípios, o grupo leva em conta dados técnicos fornecidos pelo Sistema de Hidrologia e Meteorologia de Goiás.

PROGRAMA PROMOVE PROTEÇÃO DE NASCENTES

Baseado na busca de parcerias em prol da recuperação de cabeceiras, o Programa Nascentes Vivas foi executado em sete nascentes nos municípios de Nova Veneza, Nerópolis, Ouro Verde de Goiás, Damolândia e Santo Antônio de Goiás, mobilizando 15 municípios e a participação de mais de 500 pessoas. Os parceiros doaram mais de 40 mil mudas, estacas de madeira, arame e outros materiais e serviços necessários à execução do projeto.

ENAGO

Como resultado do I Seminário de Recursos Hídricos do Estado de Goiás, em 2013, com a participação de mais de 250 pessoas, a iniciativa foi convertida em 2014 no I Encontro das Águas de Goiás (Enago), que capacitou, discutiu e buscou caminhos para a gestão e para o uso racional e sustentável das águas. O evento contou com mais de 1.000 visitantes e a participação de 756 pessoas, com 28 horas de atividades divididas em três dias de evento. Foi gerado um documento com orientações e demandas para a boa gestão dos recursos hídricos no Estado e definido que o evento será anual.

QUALIDADE

O Programa Nacional de Qualidade das Águas desenvolvido pela Secima favorece a integração da gestão ambiental com a gestão dos recursos hídricos. As suas ações estão propiciando a evolução do monitoramento da qualidade das águas no Estado e gerando dados que serão utilizados pelo licenciamento ambiental, outorga de efluentes e pelo processo de enquadramento e classificação dos mananciais.

JOÃO LEITE

O Programa Produtor de Águas do ribeirão João Leite é um projeto de pagamento pela prestação de serviços ambientais para remunerar os produtores rurais pela manutenção e recuperação das boas condições ambientais da bacia. O programa, apoiado pela Agência Nacional de Águas (ANA), envolve 21 instituições públicas e privadas, federais, estaduais e municipais. Visa proteger o manancial, responsável pelo abastecimento público de água para aproximadamente dois milhões de habitantes de Goiânia e região metropolitana pelos próximos 25 anos.

AGILIDADE E SERIEDADE

Outorga de águas: em 2014, foram analisados 5.591 processos, 5.149 de outorga, 328 de renovação das portarias de outorga e 114 de uso insignificante.

Usos da água: 462 de abastecimento público, 893 de barramento, 472 de bombeamento, 1.693 de irrigação, 243 para mini poço/cisterna, 231 para água subterrânea e 904 para água subterrânea.

Manual Técnico de Outorga: ferramenta que combate a corrupção ao normatizar procedimentos para obtenção de outorga de águas estaduais.

Qualidade: certificação ISO 9001:2008 aos processos de outorga dos direitos de recursos hídricos no Estado de Goiás; assegura que os prazos cumpram os descritos na legislação vigente.

Desburocratização: emissão de outorgas de mini-poços e cisternas – Redução no prazo de análise de 80 dias úteis para zero dia: o procedimento é totalmente 'on line'; emissão de outorgas para piscicultura com redução no prazo de análise de 373 dias para zero dia: o procedimento é totalmente 'on line'; emissão de dispensa de outorgas para uso insignificante de água, com redução no prazo de análise de 373 dias para zero dia; renovação de outorgas para irrigação, indústrias etc, com redução no prazo de análise de 373 para 15 dias.

ESTADO INVESTE EM TODAS AS ÁREAS

Governo de Goiás desenvolve programas e ações de valorização ambiental, na saúde, na educação e no estímulo à economia da Região Noroeste



Servidores da Secima em ação rotineira de fiscalização de transporte de pescado em rodovia estadual

Os recursos de compensação ambiental aplicados nas unidades de conservação da Região Noroeste de Goiás cresceram 635% de 2012 a 2014, em relação a 2011, somando cerca de R\$ 71,6 milhões. Quase 3 mil hectares foram regularizados no referido período para a implantação de unidades de conservação e aproximadamente 12 mil licenças ambientais foram emitidas.

Mais de 5 mil processos de reserva legal foram analisados, resultando na autorização de 351 deles. As reservas com espécies nativas do Cerrado receberam 13.650 mudas e 134 hectares de área foram recuperados com árvores frutíferas e nativas. A atuação do Governo de Goiás também foi forte na área de fiscalização, com 28 mil quilos de pescados fiscalizados e 200 itens de materiais

predatórios apreendidos.

Na área de qualidade de vida, de 2012 a 2014, o Governo de Goiás atendeu 2.202 alunos com educação integral e 4.155 com projetos de arte, esporte e cultural. O Programa Prêmio Aluno contemplou 907 estudantes e o Programa Reconhecer concedeu bônus por desempenho a 587 professores. A Região Noroeste, composta de 13 municípios, ganhou uma unidade da Universidade Estadual de Goiás (UEG), em Itaberaí, com investimento de R\$ 1,15 milhão. Além disso, 52 unidades escolares foram reformadas ao custo de R\$ 5,3 milhão e seis quadras poliesportivas foram construídas em escolas de Araçu, Itaberaí, Itaguari, Itauçu, Goiás e Araguapaz, com investimento de R\$ 1,18 milhão. O governo estadual investiu R\$ 150 mil na construção de um centro de

esporte e lazer em Itaberaí e R\$ 195 mil na reforma de quatro centros de esporte e lazer em Itaguari, Matrinchã, Araguapaz e Itaguari.

Os recursos do Governo de Goiás chegaram à Região Noroeste também na área da saúde. Foram aplicados R\$ 712 mil na compra de sete ambulâncias e R\$ 242,4 mil na construção de um Ambulatório Médico de Especialidade na cidade de Goiás. Cinco bases do Samu foram beneficiadas com repasse financeiro de R\$ 2,25 milhões e 1.272 gestores do SUS foram qualificados. A contrapartida estadual do Programa Saúde da Família, no período de 2012 a 2014, foi de mais de R\$ 6 milhões, e a contrapartida do Programa Farmácia Cidadã foi de quase R\$ 1,5 milhão. Além disso, foram contratados 17 leitos de UTI e nove unidades de saúde foram beneficiadas

com o total de R\$ 4,58 milhões em recursos para estruturação.

A área de proteção social recebeu atenção especial do Governo de Goiás. O Programa Bolsa Futuro fomentou 4.567 alunos e o Bolsa Universitária foi concedido a 863 estudantes. De 2012 a 2014, o auxílio financeiro nutricional Pão e Leite chegou a 17 entidades com repasse de R\$ 536 mil e 15 entidades foram beneficiadas com a isenção das tarifas de energia elétrica, água e esgoto). O Programa Renda Cidadã foi repassado a 3.081 famílias, totalizando R\$ 7,89 milhões. Na habitação, foram 441 unidades habitacionais reformadas, 36 novas unidades rurais e 371 novas unidades urbanas. O Programa Passaporte do Idoso foi emitido para 2.696 pessoas com mais de 60 anos de idade e 3.373 pessoas foram atendidas com a emissão de documentação civil básica.

A economia da Região Noroeste foi fortalecida com a constituição de 1.095 empresas, de 2012 a 2014. No período, foram gerados 4.114 empregos graças à aprovação de 1.245 contratos aprovados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); 1.296 novos empregos pela efetivação de 747 contratos do Banco do Povo; e fechados 6.001 contratos de crédito rural do Pronaf. Um total de R\$ 5,5 milhões foi concedido a empresas por meio de financiamentos. O Programa Horta Comunitária atendeu 5.736 famílias e 1.816 famílias foram assistidas pelo Programa Lavoura Comunitária.

Reservas com espécies nativas do Cerrado

localizadas na Região Noroeste de Goiás receberam **13.650 mudas e 134 hectares de área foram recuperados** com árvores frutíferas e nativas.

907 estudantes

contemplados com o Prêmio Aluno

587 professores

receberam bônus do Programa Reconhecer

52 unidades

escolares reformadas

4.567 alunos

formados pelo Bolsa Futuro

863 estudantes

beneficiados pelo Bolsa Universitária

O Programa Renda

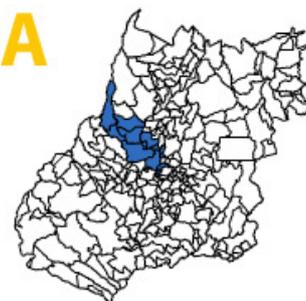
Cidadã foi repassado a **3.081 famílias** da Região Noroeste de Goiás, totalizando **R\$ 7,89 milhões** em auxílio financeiro.

De 2012 a 2014,

foram gerados **4.114 empregos pelo FCO** e outros **1.296 novos empregos pelo Banco do Povo**.

REFORÇO NA INFRAESTRUTURA FAVORECE O TURISMO

Em dois anos 90 quilômetros de rodovias foram reconstruídos, cerca de 70 quilômetros foram pavimentados e 52 quilômetros estão sendo duplicados; vias urbanas de seis municípios recebem melhorias com a recuperação asfáltica e pavimentação



Rodovia GO-164, no Noroeste do Estado, foi totalmente recuperada no trecho entre a cidade de Goiás e São Miguel do Araguaia, estimulando o turismo nas cidades da região

Diversas obras de infraestrutura e de logística estão em andamento na Região Noroeste de Goiás, como a ampliação de sistemas de abastecimento de água e a implantação de sistemas de esgotamento sanitário. Dados da Segplan coletados no ano de 2014 mostram que 99,93% da população da região contam com atendimento de água

e 57,11% com esgoto.

De 2012 a 2014, 138 propriedades rurais foram eletrificadas com o investimento de R\$ 2 milhões. Além disso, 35 quilômetros de rede elétrica foram implantados na região e duas subestações de energia elétrica estão em fase de ampliação. O Governo de Goiás construiu seis pontes de concreto armado: Aruanã/ Britânia;

Faina/Matrinchã; Goiás; Itauçu/ Itaberaí; Itaberaí/Goiás; ponte de ligação das rodovias GO-454/ mt-326 (em execução). Nesses dois anos, 90 quilômetros de rodovias foram reconstruídos, cerca de 70 quilômetros foram pavimentados e 52 quilômetros estão sendo duplicados. Vias urbanas de seis municípios recebem melhorias com a recuperação asfáltica e pavimentação.

de uma nova área, além da urbanização das margens, pavimentação de rua paralela e entre os lagos. Com a finalização das obras, espaço foi transformado em um Parque Turístico. O projeto integra um conjunto de obras de infraestrutura que objetivam dinamizar o turismo e o desenvolvimento econômico e social na cidade de Goiás, Patrimônio Histórico da Humanidade.

das Acácias conferiu ao entorno do lago a estrutura adequada para a recepção ao turista, além de propiciar espaço para comercialização de artesanato local.

A área conta com espaço para instalação de um centro de comercialização com lojas de pequeno porte (artesanato); espaços para lanchonete, bares e sorveteria; espaços para restaurante; uma sala para apoio turístico; banheiros públicos; parque infantil; pistas para caminhada com estação de ginástica; trevo de acesso com contorno; e estacionamento para ônibus e automóveis.

Somando os custos com desapropriação das áreas, execução de projeto arquitetônico, construção de barragens, Licença Ambiental, execução da obra e paisagismo, o Governo de Goiás investiu mais de R\$ 4 milhões, com recursos do Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI).

FOCO NO TURISMO

A ampliação e revitalização do Lago das Acácias foram concebidas tendo em vista que o turismo é um dos maiores geradores de desenvolvimento econômico de uma região. A obra, estratégica para consolidar o desenvolvimento do turismo na Região Noroeste, faz parte do Polo de Desenvolvimento Turístico-Histórico do Eixo Corumbá-Pirenópolis-Jaraguá-Goiás.

O projeto realizado no Lago

LAGO DAS ACÁCIAS

O Governo de Goiás inaugurou em março deste ano um dos principais cartões postais da cidade de Goiás, antiga capital goiana: o Lago das Acácias, às margens da GO 070, km 126/127, em uma área de aproximadamente 140.308,67 m².

O projeto contempla a revitalização da primeira parte do parque, criado pela Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR) em 2005, e a construção



Lago das Acácias, na cidade de Goiás, às margens da GO-070

NOROESTE GOIANO

O Meio Ambiente está na nossa pauta.

O Agenda Goiás esteve na região Noroeste de Goiás com mais uma nobre missão: encontrar soluções para as questões que envolvem o meio ambiente. A participação dos moradores de todos os 13 municípios foi fundamental. A troca de ideias e opiniões entre a população, autoridades e especialistas elevou o debate e apontou novos caminhos para as questões do Meio Ambiente.

AGENDA
GOIÁS
PARTICIPATIVA E CONCERTADA

SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO

GOVERNO DE
GOIÁS